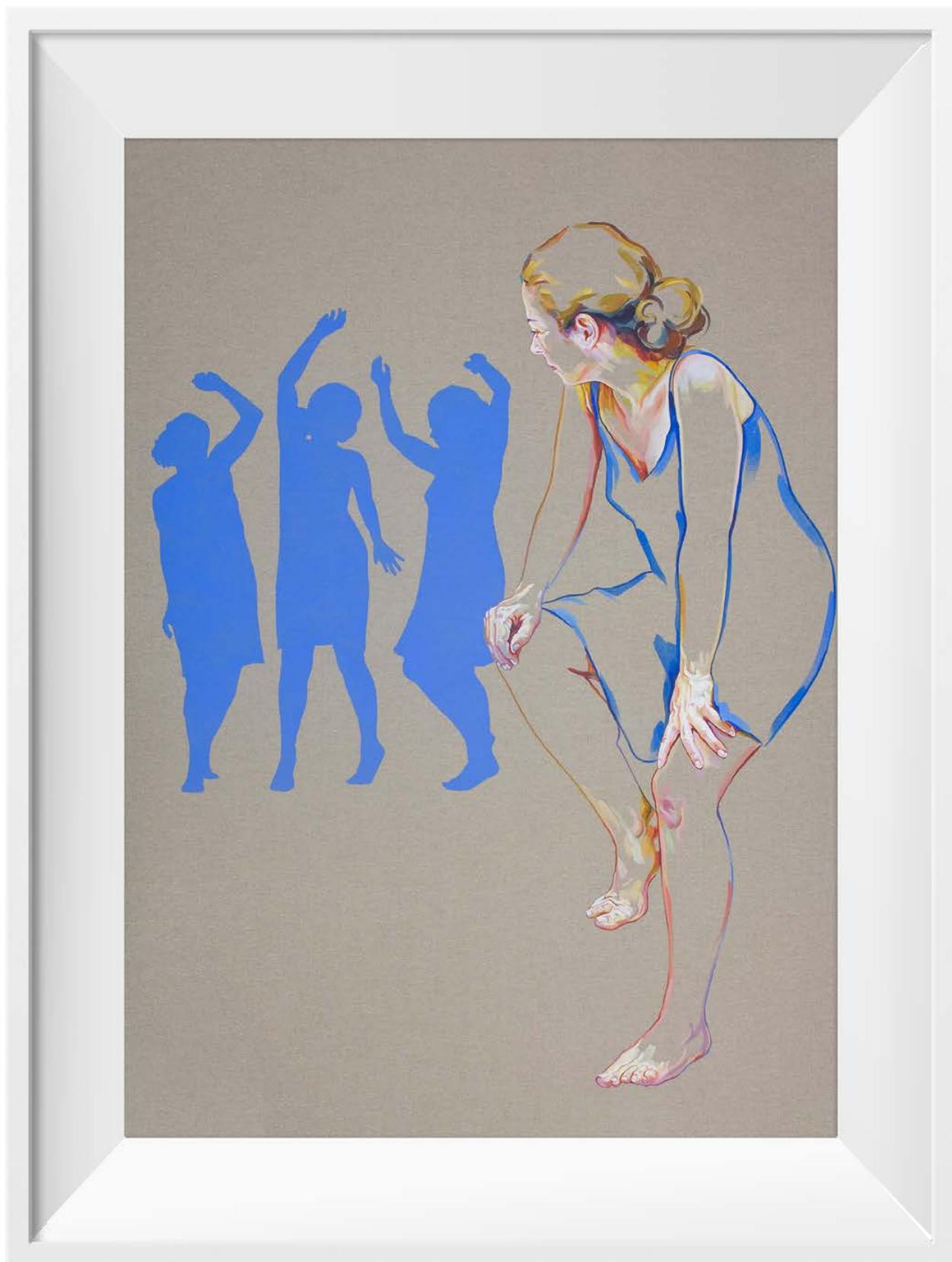
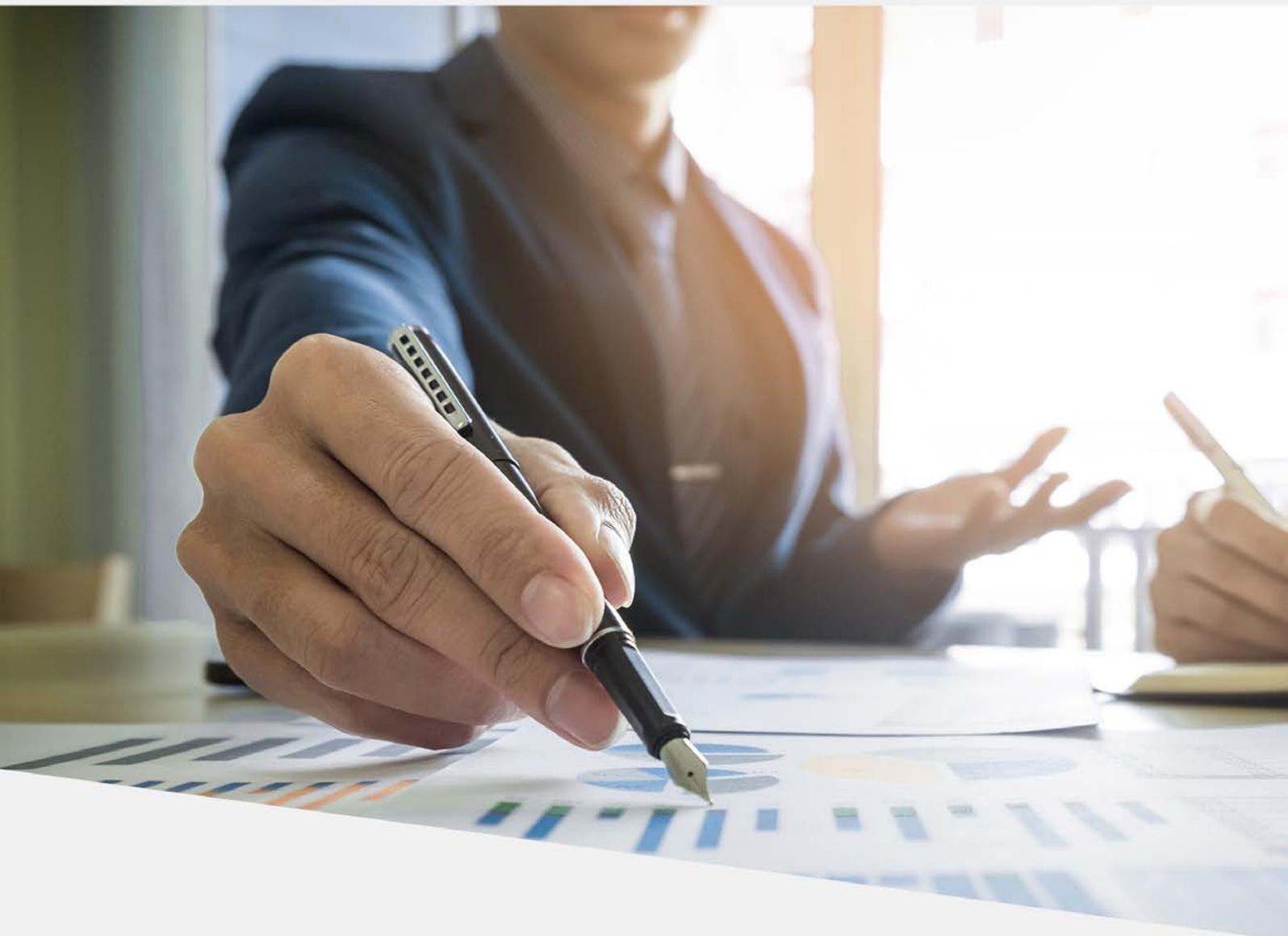


DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





Consultoria fiscal e de gestão

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH
Duas décadas a apoiar empresas



p/ 06 e 07.

Mudanças, Liberdades... e Oportunidades! Por José Governo
Intolerância. Por Philippe Fernandes, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista
Diogo Ivo Cruz, diretor da Invest Lisboa

p/ 28.

O Exemplo da Dinamarca.
Por José de Freitas Ferraz, Diretor do Instituto Diplomático

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 30.

A Identidade Macaense.
Por Rui Marcelo, Conselheiro das Comunidades Portuguesas pelo Círculo da China

p/ 40.

Artes e Artistas Lusos, Pedro Almeida Maia
Por Terry Costa, Presidente do Conselho Cultural da AILD

p/ 66.

Pela lente de
Adelino Marques

Obra de capa

Artista Plástica: Cristina Troufa

Dimensões: 100 x 80 cm

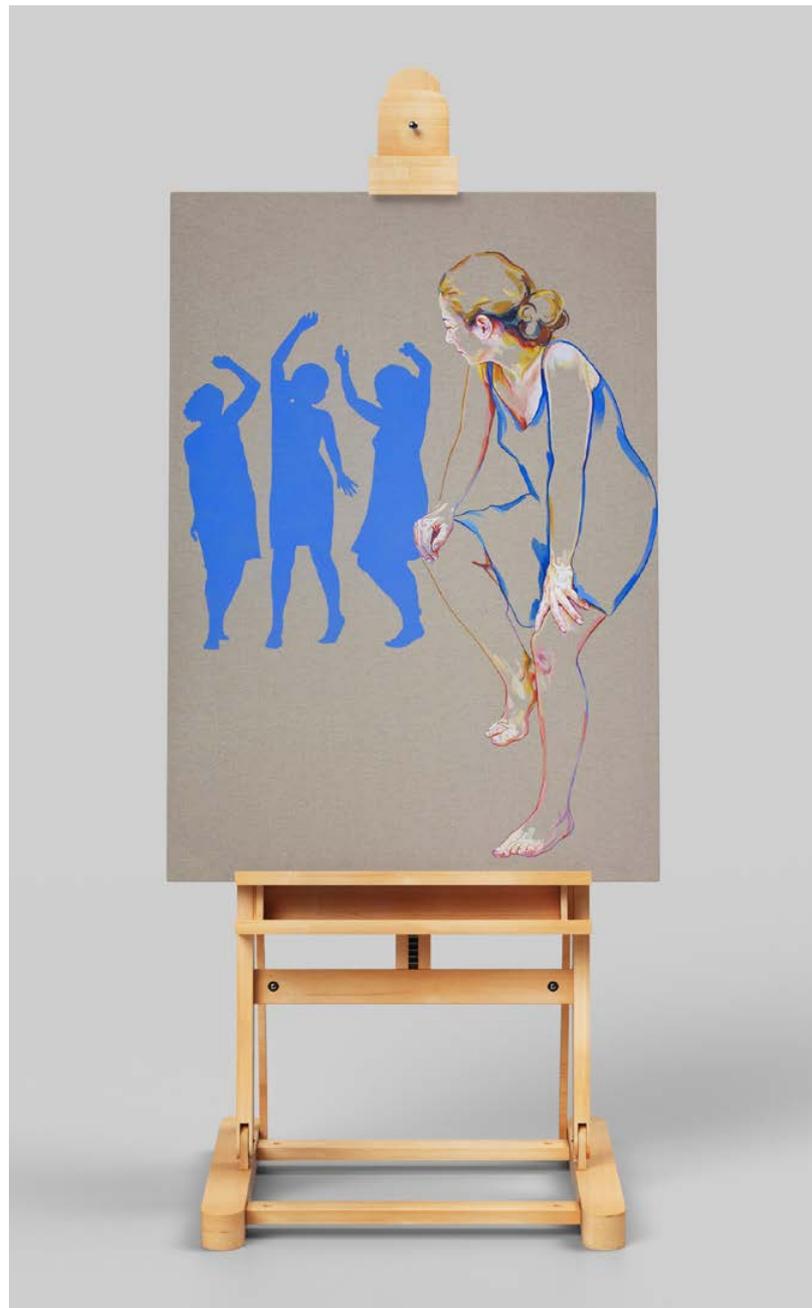
Técnica: Acrílico sobre tela

Sombras

Igual a qualquer coisa ao sol, o presente deita o passado como sombra. O gesto que temos desenha a fantasmagoria daquilo que o precedeu. Vem de longe. Todos os gestos vêm de longe. São frutos demorados que fazem do agora uma maturação.

Arrastamos por toda a parte a fantasmagoria do passado. Somos nossa vida e nossos mil mortos. Mil vezes mortos, mil vezes sem conta, a vida contando e perdendo a conta. Até ao mínimo, tudo em nós quer ser absoluto.

Valter Hugo Mãe, escritor



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Flávio Alves Martins, João Vieira, José Governo, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marinela Cerqueira, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sílvia Faria de Bastos, Vitor Afonso | **Revisão** Fatinha Pinheiro | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 41, maio 2024 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

“Sombras” é a magnífica obra com que Cristina Troufa abre esta nova edição da Descendências:

“Igual a qualquer coisa ao sol, o presente deita o passado como sombra. O gesto que temos desenha a fantasmagoria daquilo que o precedeu. Vem de longe. Todos os gestos vêm de longe. São frutos demorados que fazem do agora uma maturação. Arrastamos por toda a parte a fantasmagoria do passado. Somos nossa vida e nossos mil mortos. Mil vezes mortos, mil vezes sem conta, a vida contando e perdendo a conta. Até ao mínimo, tudo em nós quer ser absoluto.”
Valter Hugo Mãe

Aproveitemos a liberdade e as oportunidades para mudar para melhor, construindo uma sociedade mais justa e tolerante – sigamos pois Tomás de Aquino! E como para mudar precisamos de muita energia, acompanha-nos nessa árdua tarefa a Selectra, a descobrir. Mas afinal, como é que a cidade de Lisboa se tornou um destino preferencial para investidores estrangeiros? Quais os segredos por detrás do sucesso da Invest Lisboa e de que forma esta entidade facilita o processo de investimento na capital portuguesa? Descubra tudo isto numa entrevista imperdível e exclusiva com o seu diretor, Diogo Ivo Cruz. E nestes tempos de mudança, porque não seguirmos os bons exemplos da Dinamarca, um dos países

mais avançados do mundo e que continua a inovar, até na diplomacia. Seguimos viagem pela identidade Macaense e trazemos um cheirinho de Cabo Verde, com Arménio Vieira, prémio Camões 2009. Ouvimos atentamente o depoimento de Maria do Céu, uma fonte direta do passado e do presente, onde a memória material e imaterial se encontram. Pedro Almeida Maia é um premiado escritor açoriano que tem proporcionado aos seus leitores prazerosos momentos de leitura, com um grupo cada vez maior de admiradores e seguidores. Mais uma na lista Pedro! Estou a ler A força das Sentenças e confesso, a adorar. Já ouviu falar do Registo de Transparência da UE? Rui Faria da Cunha, Conselheiro da Diáspora Portuguesa explica-lhe tudo, e já sabe, “Quem semeia nuvens colhe tempestades”. Despedimo-nos com um até já, do último capítulo da “cidade e a árvore”, aguardando com expectativa o que a Madalena Pires de Lima nos vai trazer neste espaço dos mais pequenos. Pelos enredos ce-realíferos fazemos as honras ao pão e procuramos entender as diferentes dimensões do alcoolismo. Desvendamos a nova ferramenta da AEP a “Business Intelligence” e ficamos rendidos ao contemplar a obra de Adelino Marques. Marta Neto é mais um talento que o Programa Regressar ajudou a voltar, para desfrutar das planícies do Alentejo onde nasceu. «Tirar as impressões digitais» é erro de português? E afinal como é a Justiça à Portuguesa? Com a certeza que lhe trazemos bons momentos de leitura para desfrutar no mês consagrado a todas as mães, marcamos novo encontro em junho.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

Mudanças, Liberdades... e Oportunidades!

Tempo de mudanças! No passado mês de março o país virou politicamente à direita, em busca de mudanças, já no dia 25 de abril, comemorou-se os 50 anos da liberdade em Portugal, a liberdade enquanto valor nuclear no processo de desenvolvimento, deixando a sociedade portuguesa refém destas mudanças!

No entanto, a sociedade, seja ela enquanto cidadãos individuais, seja organizada através do seu tecido empresarial, dos organismos públicos, ou de associações, tem sofrido ao longo dos tempos o impacto da ação política, mas também, deve ela própria ser protagonista e construtora de mudanças, agarrando desafios e oportunidades.

Portugal precisa que a liberdade conquistada há 50 anos seja um fator de desenvolvimento em prol do país e dos seus cidadãos. Portugal precisa de um governo e orçamentos que privilegiem a dinamização do país no seu todo, um governo e orçamentos que ponham fim ao sufoco fiscal e às burocracias que bloqueiam a vida dos portugueses. Um governo e orçamentos que permitam que as empresas cresçam, e sejam motores de crescimento económico e social, que as famílias vejam os seus impostos traduzir-se em respostas para a saúde, para a habitação e para a educação. Portugal precisa de um governo e orçamentos que se fo-

quem nos problemas em detrimento dos ciclos eleitorais e dos interesses partidários.

Ao fim de cinco décadas de democracia e de liberdade, o que mudou? O que queremos mudar? Para onde queremos caminhar? Esta é a reflexão e o desafio que se coloca.

Senão, vejamos, os portugueses trabalham em média, mais horas do que os restantes europeus, a produtividade é baixa, e os seus salários são também mais baixos, afetando, sobretudo, os mais jovens, que têm emigrado à procura de melhores oportunidades.

A AILD tem estado atenta, empenhada e participativa precisamente aos que emigraram, aos lusodescendentes espalhados pelo mundo, que constituem as comunidades portuguesas e representam Portugal fora de portas.

Temos procurado levar mudanças, ser um veículo ativo e representativo de Portugal no mundo, e com estes concidadãos interagir e levar até eles a esperança de um Portugal que não os esquece, os reconhece e os admira, pois, são eles os grandes embaixadores da nossa língua e da nossa cultura no mundo, e que diariamente manifestam o seu patriotismo e amor a Portugal.

Nas últimas duas edições da Descendências Magazine, esta rubrica tem vindo a elencar algumas das atividades, desafios e projetos que estamos a desenvolver para e com

as comunidades portuguesas, encarando o Associativismo como um dos motores de progresso e desenvolvimento.

As associações são um símbolo na sociedade, de democracia, de liberdade e solidariedade, e que devem ser diariamente reconhecidas pelas instituições do estado pelo trabalho valoroso e voluntário que desenvolvem em prol dos pilares essenciais anteriormente enumerados.

Tocqueville refere-se ao associativismo exatamente como uma “garantia de liberdade e de democracia, onde se reúne um conjunto de pessoas com o intuito de alcançar um objetivo definido”.

Numa época de mudanças e de novos desafios, parece-me essencial fazer esta reflexão e recentrar o movimento associativo como símbolo, mas sobretudo, como instrumento ao serviço de objetivos comuns, um parceiro altruísta na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A AILD quer assim reiterar a sua disponibilidade para colaborar nestas oportunidades de mudança, colocando as pessoas no centro, nesta construção de um Portugal com mais futuro, que garanta o futuro às novas gerações e possa incluir as comunidades portuguesas neste desígnio nacional.

Contem com a AILD, contamos com todos vós.

Um pouco por todo o mundo existem lusodescendentes perseguidos, com a possibilidade de serem mortos ou presos, pelas suas convicções ou simplesmente por as manifestarem.

Apesar de estarmos a festejar os 50 anos do 25 de abril, torna-se cada vez mais difícil manifestarmos as nossas opiniões em público sem se ser ofendido, ou ver a nossa família ser ofendida, correndo mesmo o risco de ser ostracizado, e os lusodescendentes que regressam a Portugal notam um agravamento desta situação.

Ainda recentemente uma lusodescendente de Boston, referia isso mesmo numa entrevista para o podcast “Geração 80” do jornal Expresso. Daniela Ruah, que encarna perfeitamente a maneira de ser português, partilhou com os ouvintes essa preocupação, notando uma cada vez maior intolerância por opiniões diferentes, um crescente aparecimento

de lados entrincheirados e uma polarização tal, que se torna difícil imaginar uma conversa agradável e tranquila entre pessoas com opiniões antagónicas, pois se não se repetem os mesmos pensamentos é porque são contra nós, são nossos inimigos, são de um campo extremista qualquer. Ora isso nem sempre foi assim, mas, neste momento em Portugal, o diálogo saudável entre pessoas que não partilham das mesmas convicções e opiniões está a tornar-se uma raridade. Em vez de progredirmos estamos a perder traços de civilização.

Exemplos como o programa “Radicais Livres” (Antena 1) torna-se um evento extraordinário e raro, já que parece ser possível que duas pessoas de campos opostos, não se insultem e se ameacem com violência, conseguindo conversar sobre todos os temas, respeitando-se e sendo mesmo amigos...

Está a perder-se a capacidade de analisar o mérito de

| A I L D

Intolerância

cada ideia e a habilidade de exprimir visões diferentes de forma urbana e civilizada, respeitando o outro. Na história da Europa já se viveram várias épocas assim, como por exemplo durante a idade média, que por preconceitos vários, filósofos e pensadores tinham as suas obras proscritas. No século XIII, um italiano de nome Tomás de Aquino, um humanista e cidadão do mundo, um exemplo de homem moderno e progressista que pondo os preconceitos de parte, valorizando a razão, não fazendo juízos sobre as pessoas que manifestavam certas afirmações e opiniões, começou a analisar as obras proscritas pelo mérito das afirmações nelas contidas, sem mais. O que o motivava era a busca pela verdade e a sabedoria, independentemente de quem as proferia. Infelizmente o progresso humano não é linear, e está a criar-se um ambiente em Portugal em que não se tolera as pessoas moderadas, pois se não têm as mesmas convicções, somente

podem ser nossas inimigas. Em última análise desejariam que em Portugal somente houvesse uma pessoa com princípios, e as outras seriam toleradas se tivessem os mesmos... Abril queria pôr fim a este tipo de conceção.

Estamos a perder a empatia, o sentido de justiça, a compaixão e a consciência ética. Estamos a tornar-nos mais animais e menos humanos, obrigando-nos a optar por um campo de extremistas.

Temos todos que construir a nossa comunidade com todos, tendo a esperança que é possível construir uma sociedade que escuta a verdade independentemente de quem a profere, e que, com o espírito de abril se ponha fim à polícia da linguagem, favorecendo assim a liberdade de pensamento. Quem procurar uma referência pode usar o exemplo de Tomás de Aquino, que morrendo há 700 anos procurava simplesmente a verdade em harmonia com todos.



EMPRESA ASSOCIADA

Selectra

Comecemos a nossa conversa por conhecer um pouco melhor o percurso do Rodrigo Ferrão.

Ao longo do meu percurso acumulei experiência em diversas áreas, com foco em vendas e negociação. Durante os meus estudos em Direito, trabalhei em livrarias e na gestão de clientes na indústria têxtil do norte do país, atuando como intermediário entre a produção e algumas marcas, com enfoque na expansão para o mercado norte-americano. Posteriormente, dediquei-me à gestão e organização de eventos culturais, antes de ingressar no mercado imobiliário e, mais tarde, nas vendas de manuais escolares. Há mais de um ano, integro a equipa da Selectra, onde desempenho funções relacionadas com parcerias estratégicas, num contexto de expansão significativa da marca a nível nacional e internacional.

Como surgiu a Selectra em Portugal? Qual foi a motivação por trás da criação da empresa?

A Selectra iniciou as suas atividades em Portugal, em 2016, impulsionada por uma lacuna identificada no mercado. A motivação por trás da criação da empresa foi proporcionar aos consumidores uma maneira simples e eficiente de comparar e contratar serviços essenciais, como eletricidade, gás e telecomunicações, visando economizar tempo e dinheiro. Desde então, o nosso objetivo tem sido oferecer transparência, facilidade de comparação e economia de tempo aos clientes, capacitando-os a tomar decisões informadas sobre os serviços que melhor atendem às suas necessidades.

Atualmente, quais são os principais serviços/produtos disponibilizados pela Selectra e a quem se destinam?

A nossa especialidade é a mudança de titularidade ou ativação de contratos no tema de energia, isto é, tarifas de luz e gás natural - residencial e empresas. Logo a seguir vem o importante sector das telecomunicações, que engloba os



Rodrigo Ferrão, Head of Strategic Partnerships

pacotes de TV, Internet, móvel ou fixo. Entretanto entramos no ramo dos alarmes, mas também temos serviços ligados à manutenção ou reparação de equipamentos e, por fim, uma subscrição para proteger a pegada de carbono, com apoio a um projeto internacional.

Como é que a Selectra ajuda os consumidores a compreender melhor as opções disponíveis no mercado energético e a fazer escolhas informadas?

A Selectra ajuda os consumidores a compreender melhor as opções disponíveis no mercado energético e a fazer escolhas informadas através de diversas iniciativas. Primeiro, oferecemos um comparador online onde estes podem comparar facilmente as diferentes tarifas e planos oferecidos pelas várias empresas de energia. Além disso, fornecemos informações detalhadas sobre os termos, condições e custos associados a cada oferta, para que possam tomar decisões bem fundamentadas. Também disponibilizamos apoio personalizado através dos nossos especialistas em energia, que estão disponíveis para responder a quaisquer perguntas e orientá-los no processo de escolha da melhor opção para as suas necessidades específicas. Em suma, facilitamos a vida aos nossos clientes, poupando-lhes tempo e dinheiro.

Quais são as tendências emergentes no setor energético em Portugal e como a Selectra está a adaptar-se a essas mudanças?

Prefiro sublinhar que, num país que é culturalmente muito clubístico ou de modas, é importante observar que os portugueses estão mais abertos à mudança. É curioso que quando falamos de uma marca dizemos “Eu sou X!”, como se fossemos sua propriedade. Esta pouca abertura continua a fazer com que determinados sectores não evoluam, mas o da energia é algo que está a mudar.

Há cada vez mais clientes a experimentar novas empresas e a dar este passo de forma regular e com níveis de exigência maiores.

A Selectra, enquanto facilitadora nesta cadeia, especializa-se no atendimento e a guiar os clientes neste caminho que é complexo e onde existem várias dúvidas. Obviamente que quem liga para cá procura que lhe sejam dadas várias possibilidades, com diferentes tarifas e soluções, pelo que é preciso centrar-nos cada vez mais na qualificação dos clientes. É importante demonstrar confiança na contratação por telefone, algo que é e será uma tendência futura. O longo tempo passado nas filas das lojas é um modelo que vai acabar.



Como descreveria o cenário atual do mercado energético em Portugal e quais são os principais desafios enfrentados pelos consumidores?

Atualmente, o mercado energético em Portugal enfrenta diversos desafios e está a passar por algumas transformações significativas. A liberalização do mercado aumentou a complexidade na escolha de tarifas e fornecedores. É aqui onde a Selectra atua. Os consumidores enfrentam desafios relacionados com a compreensão das tarifas, a escolha do fornecedor mais adequado e a própria gestão do consumo de energia. Muitas vezes, a falta de informação e transparência por parte das empresas dificulta a tomada de decisão dos consumidores, que acabam por não utilizar as melhores condições disponíveis no mercado. Na Selectra, temos diversos guias online que explicam uma variedade de conceitos e oferecem formas de poupar. Se o consumidor pretender uma ajuda mais personalizada, tem à disposição um dos mais de 100 especialistas em energia que a Selectra tem para satisfazer as necessidades das pessoas com ou sem contrato em Portugal. Ainda neste sentido, as flutuações nos preços da energia e as oscilações na oferta de eletricidade e gás natural podem afetar diretamente o bolso dos consumidores, tornando essencial uma gestão eficiente e consciente do consumo, pelo que

aconselhamos a revisão das suas faturas pelo menos duas vezes por ano.

Quais são os principais planos de expansão ou novos serviços que a empresa tem para o futuro?

A nossa presença no mercado português está a dar resultados positivos. Estamos a estudar a possibilidade de alargar a nossa oferta de serviços e estamos atentos a novas oportunidades de negócio e parcerias. Como responsável pelo lançamento de novos projetos, insisto na importância de nos sentirmos preparados antes de avançarmos. É essencial formar e capacitar as equipas, analisando cuidadosamente os benefícios e os desafios de cada nova iniciativa. O nosso serviço Mudança Fácil continua a ter um grande impacto e recebemos o interesse de várias parcerias, especialmente no sector imobiliário. Orgulhamo-nos de ter estabelecido mais de 100 parcerias até à data e estamos empenhados em reforçar esta rede. No entanto, estamos sempre abertos a novas oportunidades e estamos constantemente a trabalhar para expandir a nossa oferta. Também estamos a apostar em apoiar os portugueses a monitorizar os seus consumos, num futuro próximo vai ser lançado um produto onde podem acompanhar e seguir dicas para otimizar a sua casa de forma interativa.



A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

Numa era em que a globalização traz tanto de bom, é preciso criar estruturas e associações como a AILD, pois a identidade e pertença é um valor que está relativamente ameaçado. É preciso preservar cultura, língua, tradições e modos de estar. Os portugueses e os povos lusófonos sempre construíram pontes extraordinárias e ricas, não só no seu canal privilegiado de relações, como na diplomacia e relação com as demais nações. Esse humanismo exemplar é algo que o mundo tem a aprender connosco. As empresas, as associações, os cidadãos e os governos devem trabalhar nisso. Vejo este projeto como uma iniciativa extremamente positiva, que não apenas promove a lusofonia e as suas ramificações, mas também garante a preservação da nossa rica cultura e língua. Expresso a minha esperança de que este

projeto continue a atrair pessoas e a crescer, fortalecendo ainda mais os nossos laços linguísticos e culturais.

Que palavras deixaria sobre a AILD aos empresários que irão ler esta entrevista relativamente a esta plataforma global?

A todos os empresários que me leem deixo uma palavra de encorajamento para que persistam, através do trabalho e perseverança, na busca de soluções de implementação em novos países. É muito importante dar passos seguros e isso implica estudar bem todas as oportunidades e dificuldades no terreno. É também necessária uma certa dose de paciência, pois é sempre improvável despistar todas as pedras no caminho. É preciso ter bem trabalhadas as emoções, pois muitas coisas advêm da tentativa e erro. Não desistir, não virar a cara na primeira dificuldade, mas colocar energia e trabalho em tudo o que se faça.



João Vieira

Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

DIOGO IVO CRUZ

INVEST LISBOA

Diogo Ivo Cruz, diretor da Invest Lisboa, é uma voz influente na promoção de Lisboa como destino de investimento inovador. Em entrevista exclusiva à Descendências Magazine, Diogo Ivo Cruz revela de que forma a Invest Lisboa facilita o processo de investimento na capital portuguesa, destacando os principais atrativos de Lisboa para investidores estrangeiros e em que medida têm contribuído para posicionar a cidade como um destino preferencial para investimentos, e ressalva ainda o importante papel da tecnologia e inovação para o futuro económico da cidade e do país.



© Tiago Araújo

É Mestre em Estudos Ambientais Integrados pela Universidade de Southampton e tem MBA pela AESE Business School. Conta já com uma carreira diversificada que vai desde a investigação científica à gestão de projetos ambientais. É co-fundador de uma startup tecnológica e, desde 2015, diretor da Invest Lisboa, onde tem estado profundamente envolvido na promoção de Lisboa como destino de investimento e no apoio aos investidores em todo o processo de tomada de decisão, oferecendo aconselha-

mento, informação, promoção de parcerias e viabilização de projetos. Deixando as posições e ofícios de lado quem é Diogo Ivo Cruz?

Para mim, não é uma pergunta fácil de responder. No entanto, diria que há duas coisas que são transversais a tudo o que faço. A primeira é que sou uma pessoa muito motivada e alicerçada na minha família, na minha mulher e nos meus filhos. Tudo o que faço, tudo aquilo que tento





fazer e a energia que tenho vem deles e da vontade de ver a minha família bem e feliz. A segunda é que, do ponto de vista profissional, gosto muito de saber que estou a contribuir positivamente para a solução. Já tive vários papéis. Tirei um curso de Biologia, na área científica, e comecei por fazer investigação na área da gestão das culturas e proteção das pragas. Depois disso, trabalhei na área do Ambiente no Instituto Nacional de Estatística e mais tarde fui desafiado por um amigo, que teve uma ideia espetacular para criar uma empresa. Fui com ele, criámos a empresa e, apesar de a empresa não ter corrido bem (mas a amizade manteve-se), foi uma experiência que me ensinou muito.

Se há uma coisa que é transversal a esses momentos todos, é o facto de tentar sempre ser útil e ser um contributo para resolver algum problema que naquele momento possa existir. Gosto de estar na equipa e no conjunto de pessoas que ajuda e que tenta dar um contributo para que, seja qual, o problema possa ser resolvido da melhor forma possível.

De que forma considera que a sua ampla experiência profissional em diferentes setores, que inclui desde a pesquisa científica até a gestão de projetos ambientais, o preparou para assumir o cargo de diretor na Invest Lisboa? Quais as principais habilidades e conhecimentos adquiriu e de que forma têm sido valiosos no contexto específico da Invest Lisboa?

Considero que de facto esta diversidade toda ajudou muito. Começa pelo facto de, na Invest Lisboa, lidar com muitos assuntos, setores e problemas diferentes, essa experiência diversificada permite-me encarar novos desafios com tranquilidade. Ter vindo de uma área que não tem nada a ver com a área empresarial, ajudou-me a pensar de outra

forma. O facto de ter tido a experiência de criar uma empresa, ter cometido vários erros no processo (e alguns acertos) e também do conhecimento que o MBA me trouxe contribui para perceber melhor a pessoa que está do outro lado da mesa. Ajuda-me a perceber a pessoa que quer montar uma empresa e que nunca fez nada relacionado com a parte empresarial, ajuda-me a compreender a pessoa que já tem uma empresa e que está a pensar se Lisboa faz sentido para o seu negócio, a pessoa que tem que tomar uma decisão e quais os principais fatores e preocupações que terá.

Portanto, considero que a minha experiência de empreendedorismo, a minha experiência académica nessas áreas e as várias aprendizagens que fui tendo ao falar com parceiros e clientes, têm sido muito útil no contexto da Invest Lisboa, porque me deu a abrangência e capacidade necessárias para poder falar e compreender vários tipos de pessoas e as várias linguagens e preocupações de quem tem que tomar uma decisão e executá-la.

Fundada em 2009, resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, a Invest Lisboa tem como principal objetivo promover e captar investimentos, empresas e talentos para Lisboa. De que forma, atualmente, a Invest Lisboa se posiciona como uma ponte essencial entre empresas, investidores e empreendedores interessados em investir na capital portuguesa?

A Invest Lisboa é exatamente isso. É uma entidade criada em parceria pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, uma das mais antigas associações empresariais privadas de Portugal, e que tem também,



© Tiago Araújo

desde o início, o apoio próximo da AICEP. Em 2009 essas entidades juntaram-se a criaram a Invest Lisboa, que tem, desde a sua fundação, definidos como objetivos principais a promoção de Lisboa, apoio às empresas, investidores e pessoas que queiram investir em Portugal.

Somos uma entidade que conhece a linguagem dos investidores e, ao mesmo tempo, conhece também as dificuldades e preocupações da cidade. Por isso, a Invest Lisboa é cada vez mais uma ponte fácil e essencial de ligação entre as duas entidades.

Apesar de termos uma ligação forte e natural com a Câmara Municipal de Lisboa, importa ressaltar que há muitas outras entidades da rede empresarial e que trabalham a promoção económica a nível regional com quem a Invest Lisboa tem parcerias. Temos procurado criar uma rede com soluções win-win para ajudar as empresas, investidores e pessoas que estejam a pensar investir em Lisboa ou que já decidiram que faz sentido investir na região a implementar e operacionalizar essa decisão.

A Invest Lisboa é isso. É uma entidade que procura dar a

conhecer Lisboa como possível destino de investimento, procura tornar a decisão mais clara, mais fácil de tomar, e após tomada procura tornar a sua implementação o mais fácil possível.

A Invest Lisboa é hoje um ponto único de contacto para investidores, empresas e empreendedores, oferecendo serviços personalizados, confidenciais e gratuitos, a quem deseje investir na capital portuguesa. Poderia indicar-nos quais os principais serviços, formas de apoio e assistência que a Invest Lisboa oferece a empresas, empresários e investidores desde o momento em que consideram Lisboa um destino com potencial de investimento?

Temos duas grandes áreas: promoção e apoio. A área da promoção procuramos posicionar Lisboa e dar a conhecer as vantagens da região para o investimento, a instalação de empresas e atração de talentos. Na área de apoio, trabalhamos praticamente os mesmos segmentos, ou seja, investidores, empresas e empreendedores (não todos os talentos, mas aos



© Tiago Araújo

que queiram criar uma empresa). Procuramos dar o maior número de informações possíveis que tornem a decisão mais transparente e mais clara. Procuramos não “vender” a cidade, mas sim dar a conhecer Lisboa, com o muito que tem de bom, mas sem esconder qualquer aspeto mais desafiante que também possa existir. A decisão final cabe sempre ao empresário. Como sabemos, Lisboa é um mercado pequeno que tem tido muito sucesso graças ao “passa a palavra” e, por isso, não faria sentido estar a captar investimentos que não teriam pernas para andar, que iriam correr mal e falhar.

Portanto, na Invest Lisboa procuramos sempre dar o maior número de informações para que a decisão de investir seja o mais clara e transparente possível. Para além de transmitir todas as informações, promovemos reuniões entre empresas que estão a pensar investir no mercado português e empresas do mesmo setor que já estejam aqui a trabalhar, para que conversem, troquem impressões, ideias, conselhos... Esta conversa entre pares que promovemos é um dos nossos principais pontos de transparência e um grande contributo para uma tomada de decisão clara.

Além de facilitar o processo de investimento, que tipo de aconselhamento estratégico a Invest Lisboa oferece para ajudar os investidores a identificar oportunidades de negócio e a maximizar o retorno dos seus investimentos?

Na Invest Lisboa a parte de aconselhamento acaba por ser mais operacional. Abrimos a nossa rede de contactos, conforme aquilo que é necessário e aquilo que é pedido. Estamos muito disponíveis para ouvir e entender quais são as necessidades e dar uma opinião honesta, mas a nossa atuação nessa área acaba por não ser algo tão formal e estruturado como habitualmente é um aconselhamento estratégico.

Em setembro de 2023, Portugal destacava-se como o sexto principal país de destino de Investimento Direto Estrangeiro na Europa, depois de ter subido duas posições face a 2022, ano em que se posicionou em oitavo lugar. Estes dados revelam que, apesar do contexto económico, o país continua a atrair investidores, especialmente para a capi-



© Tiago Araújo

tal, que se mantém como “motor da economia, atraindo mais de 50% dos projetos provenientes de Investimento Direto Estrangeiro”. Dito isto, quais são hoje os principais atrativos que Lisboa oferece aos investidores estrangeiros e de que forma esses fatores têm contribuído para posicionar a cidade como um destino preferencial para investimentos?

Há dois anos Portugal estava no top 8 de um estudo EY Attractiveness Survey sobre as cidades da Europa com maior atratividade de investimento. No ano passado subimos para o top 6. Vale relembrar que tudo isso aconteceu em

anos de grande instabilidade mundial. No entanto, Portugal tem crescido e, dentro de Portugal, a região de Lisboa representa mais de 50% do número de projetos provenientes de investimento direto estrangeiro. Isto é muito positivo e representa bem aquilo que Portugal e Lisboa têm para oferecer aos investidores.

Lisboa, sendo das cidades mais antigas da Europa, é moderna, cosmopolita e internacional, que soube preservar uma atmosfera única que lhe dá autenticidade e transmite a sabedoria que os anos lhe conferiram. Considero que a própria cidade é hoje, um dos nossos principais ativos aliados à segurança e a um ambiente social aberto e aco-



© Tiago Araújo

lhedor, que são coisas que Portugal e Lisboa sempre tiveram, mas que atualmente têm grande procura porque são geradores de qualidade de vida que permite atrair e reter talentos. Portugal está a ser descoberto por um tipo de economia movida por cérebros, grandes talentos, que querem viver em sítios bonitos, com qualidade de vida... Este fenómeno tem sido uma grande oportunidade que Portugal, e em concreto Lisboa, tem sabido aproveitar.

Lisboa oferece hoje excelentes condições para investimento. No entanto, apesar de todo o investimento ser bem-vindo, é necessário avaliar o real potencial de cada projeto de investimento. Quais são atualmente os critérios e processos de seleção utilizados pela Invest Lisboa ao avaliar projetos de investimento em potencial na capital portuguesa?

A Invest Lisboa é uma organização que procura pôr no terreno e operacionalizar as decisões estratégicas das pessoas que foram eleitas no Governo. Nós não selecionamos o tipo de investimento do país ou da cidade. Nós

operacionalizamos. Neste momento, não temos um critério de seleção de empresas, damos resposta a todas as empresas que tenham interesse em Lisboa e deixamos esse critério de decisão na mão do investidor. Há, no entanto, uma visão clara e políticas implementadas em virtude da estratégia económica e de crescimento da cidade, como é exemplo tudo o que diz respeito à inovação, ao empreendedorismo, start-ups e scale-ups. Estas são áreas que interessam muito à cidade e, por isso, há muitos projetos e respostas nesse sentido.

Além de atrair investimento estrangeiro, qual o papel que a Invest Lisboa desempenha no fomento ao empreendedorismo local e apoio ao crescimento das empresas já estabelecidas em Lisboa?

No empreendedorismo, tentamos sobretudo partilhar e colocar ao dispor do empreendedor todas as ferramentas que existem em Lisboa e no país, não só necessariamente da Invest Lisboa, mas também de outros parceiros. Tentamos servir de pivô, de distribuidor de jogo para várias en-



© Tiago Araújo

tidades. Sentamos e conversamos com os empreendedores, tentamos perceber quais são as suas dificuldades e de que forma os podemos ajudar, ou de que forma os podemos encaminhar para alguma outra entidade que os possa auxiliar e dar a resposta efetiva que procuram.

As rápidas mudanças na economia global, que se tornaram ainda mais imprevisíveis devido ao panorama geopolítico, abrem espaço para incertezas. Apesar de ser difícil fazer previsões para os níveis de investimento na capital em 2024, de que forma as incertezas económicas, tanto a nível nacional quanto global, podem afetar os planos de investimento para este ano? Espera-se uma diminuição do número de projetos de investimento?

Acho que não. Se as coisas se mantiverem mais ou menos como estão, estou convencido de que vamos continuar a crescer no número de empresas e de projetos de investimento captados.

Como já referi, o mundo está instável e é difícil planear o futuro, mas dentro da dificuldade global, Portugal e Lisboa estão até muito bem posicionados, na perceção de risco. Estamos bem posicionados por estarmos inseridos no mercado europeu, por sermos integrante da NATO, etc.

Se as coisas se mantiverem como estão, e se não houver nada de muito imprevisível, a minha perspetiva é que continuemos com esta tendência de captação de empresas e de crescimento.



© Tiago Araújo

Considerando o cenário atual, quais são as principais áreas e projetos que a Invest Lisboa pretende priorizar para investimento em Portugal ao longo de 2024?

A Câmara Municipal de Lisboa tem como visão tornar a cidade uma das mais atrativas, competitivas e inovadoras da Europa. Reconheço que estamos a ir nesse caminho. O nosso ecossistema inovador já é reconhecido internacionalmente e este ano fomos reconhecidos como capital europeia de inovação. Temos muitos projetos e muita capacidade de acolher e fazer crescer empresas. Atualmente o grande pilar dessa estratégia é a Fábrica de Unicórnios. Lisboa é já muito forte a acompanhar o crescimento de startups, já temos muitos mecanismos políticos para esta fase do processo. A ideia da Unicorn Factory é reproduzir o conceito do ecossistema empreendedor para o ecossistema scaleup, que são empresas em

condições de se tornarem gigantes, verdadeiros unicórnios. Existem muitos desafios nessa passagem de start-up para scale-up e para unicórnios. A Unicorn Factory é um projeto muito bem estruturado que pretende dar resposta a esse desafio e ajudar as empresas a crescerem para o mundo a partir de Lisboa. A Europa tem esse desafio, que é reter as scaleups no seu território para que elas se possam transformar em unicórnios sem necessidade de se deslocarem para os Estados Unidos. Lisboa tem a sorte de ter um Presidente de Câmara Municipal, o Eng.º Carlos Moedas, que foi Comissário Europeu da Inovação, que aprendeu muito e que conhece muito bem este problema e tem a ambição de colocar Lisboa como o pivô de resposta a esse problema, de captação e retenção dos unicórnios na Europa. E por isso, criou este projeto, a Fábrica de Unicórnios, que considero estar muito bem desenvolvido.



© Tiago Araújo

Por outro lado, quais são os principais setores da economia lisboeta que têm recebido maior atenção por parte dos investidores?

Os setores ligados à inovação. Tudo o que tenha a ver com a inovação tecnológica, de serviços ou de processos tem realmente tido eco no número de projetos que tem vindo para Lisboa. Esta mensagem tem paralelismo com o que se passa no terreno. Tem havido mais inovação, por algum motivo Lisboa ganhou o prémio de Capital Europeia da Inovação. Temos atraído também excelentes centros de serviço e de desenvolvimento. Além disso, há sempre aqueles setores tradicionais e que são muito importantes na nossa economia, como é o caso do turismo.

Nos últimos anos a capital portuguesa tem sido um foco importante para a atração de centros de alta qualidade que trabalham com áreas estratégicas da inovação e tecnologia, designadamente TechHealth, Web 3 e Inteligência Artificial. Na sua visão, qual é hoje o papel da tecnologia e da inovação no futuro económico de Lisboa, e de que forma a Invest Lisboa está a contribuir para esse cenário?

Julgo que é fundamental e é muito importante. Afinal de contas estamos a falar da economia do conhecimento. Portugal chegou atrasado à 3.^a revolução industrial, a da industrialização, e agora na 4.^a revolução industrial queremos estar no pelotão da frente. Ainda para mais, esta revolução é muito boa para nós, no



© Tiago Araújo

sentido em que temos bons argumentos para atrair essas empresas.

Os projetos ligados à inovação e tecnologia têm crescido na capital e já representam cerca de 15% do Produto Interno Bruto nacional. De que forma a Invest Lisboa tem procurado maximizar esse impacto, não só em benefício da cidade, mas também dos municípios vizinhos?

Desde sempre entendemos que o que faz sentido em termos de promoção internacional é a unidade da região. Faz sentido trabalhar a Área Metropolitana de Lisboa para atrair investimento e faz sentido até para o município. É muito mais interessante para a dinâmica económica do município que grandes projetos que não tenham lugar na cidade, em termos de logística, estejam aqui à volta. Por outro lado, também faz sentido para os municípios vizinhos poderem aproveitar uma marca que é muito forte e

muito conhecida internacionalmente, que é Lisboa, para atraírem investimentos para as suas cidades. Apesar de não haver nenhum acordo formal, sempre que podemos, incluímos municípios vizinhos nas nossas atividades. Aliás, fomos à maior feira internacional de imobiliário do mundo, o MIPIM, em março, e marcamos presença com o stand da região de Lisboa, que contou com a participação de municípios da região de Lisboa como Almada e Vila Franca de Xira. O caminho assim é muito mais vantajoso e eficiente.

É muito mais vantajoso para os municípios e até mesmo para o próprio país, que acaba também por beneficiar. Nesse sentido devem ter também muitas interações com a AICEP...

Sim. A AICEP é nossa parceira desde o princípio, temos desenvolvido muitos projetos em conjunto, a vários níveis.

A nível do apoio a empresas, trabalhamos com a AICEP os projetos que tenham Lisboa como potencial localização.

Na promoção internacional, quando vamos a um mercado, já aconteceu fazermos apresentações/reuniões nas instalações da AICEP nesses países. São sempre muito atenciosos, muito generosos, abertos. Eles conhecem o mercado local e por isso esta parceria resulta sempre muito bem. Este contacto funcionou sempre muito bem e com a nova direção, com o Dr. Filipe Costa, também tem funcionado muitíssimo bem, porque há esse interesse e desejo por parte da AICEP de ser parte importante na ligação com as agências locais e de contribuir para o desenvolvimento de projetos em comum. A Invest Lisboa tem feito também esse caminho de conhecer e agregar os principais protagonistas da economia regional na promoção económica internacional.

Hoje fala-se muito em sustentabilidade económica, ou seja, em promover um crescimento económico que não comprometa os recursos ambientais. Dada a sua formação em Estudos Ambientais Integrados, de que forma é assegurado que os projetos de investimento promovidos pela Invest Lisboa sejam ambientalmente responsáveis e contribuam para o desenvolvimento económico sem comprometer a preservação do meio ambiente?

Essa é uma pergunta bastante interessante e muito atual. No ano passado, tive uma reunião de IPA's - Agências de Promoção Internacional de vários países promovida pela OCDE e um dos temas era exatamente: "Qual é a melhor forma de valorizar projetos que sejam ambientalmente diferenciadores". Isto é muito oportuno e ainda é um assunto que está muito no início. Nós, neste momento, não temos nenhum critério em concreto. Acho que faria sentido ter, e que os projetos que são ambientalmente mais in-

teressantes ou com menor impacto, deveriam ter alguma diferenciação em relação aos outros, sobretudo, no que diz respeito a incentivos, vantagens, etc. Esta diferenciação não seria mais do que concretizar a ambição de desenvolvimento sustentável que está claramente identificada na estratégia de crescimento de Lisboa. Neste momento, isso ainda não está definido no sistema de incentivos. Mas vai estar seguramente, porque há uma grande preocupação europeia em relação a esse tema e há também uma diretiva que obriga as empresas a cumprirem critérios muito concretos e definidos de avaliação e redução do impacto ambiental. Acredito que muito brevemente, vão ser criados mais mecanismos para que as empresas ambientalmente responsáveis possam receber incentivos e que tenham de responder a critérios de responsabilidade ambiental.

De que forma a Invest Lisboa avalia o impacto social e ambiental dos investimentos que promove na cidade?

Neste momento, não há nenhum sistema definido para avaliar isso. Mas, decorrente de tudo o que temos falado, há o desejo de criar uma forma de sinalizar esse impacto. Até porque isto vai de encontro com o próprio posicionamento de Lisboa, que é muito forte e ambicioso em relação ao ambiente. Lisboa quer reduzir a sua pegada CO2 em 60% até 2020-2030, quer acabar com a pegada carbónica e alcançar a neutralidade carbónica até 2020-2050. No MIPIM, uma grande feira internacional de investimento e cidades, a mensagem do stand de Lisboa tinha muito a ver com a sustentabilidade ambiental. Aliás, essa é uma das exigências das pessoas que se querem mudar para aqui. Embora, ainda não esteja nada pensado, acredito que faça sentido criar alguma forma de avaliação dos critérios ESG dos projetos que aqui estão localizados.





© Tiago Araújo

Quais são as projeções da Invest Lisboa para o crescimento do investimento estrangeiro em Lisboa nos próximos anos e em que medida essas projeções se alinham com as metas de desenvolvimento económico do país?

Não temos projeções, temos expectativas. As nossas expectativas são de que o interesse de Lisboa, no que diz respeito à atração de projetos de investimento, continue a crescer acima do nível internacional normal. A nível internacional, sente-se uma certa contração dos investidores, uma certa preocupação e algum adiamento de decisões. No entanto, para Lisboa a expectativa é que continuemos a crescer, porque ainda temos um potencial muito grande, ainda somos muito atrativos, a nossa notoriedade e a perceção de risco do território, comparado com o resto à volta, ainda é muito favorável. Se o mundo não acabar, a economia não acabar, as pessoas vão investir e procurar mercados para investir e Lisboa estará no topo dos mercados interessantes.

Considerando o perfil da Descendências Magazine como uma revista muito direcionada para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e aproveitando esta oportunidade, que mensagem gostaria de transmitir aos empresários e investidores portugueses que estejam a considerar investir na capital lisboeta?

É claríssimo que a diáspora empresarial portuguesa é um parceiro e eventualmente um cliente fundamental.

As comunidades no exterior e os emigrantes são, na minha perspetiva, as pessoas com maior valor em cada povo, porque são as pessoas que não se conformam com o que têm, vão procurar melhores condições lá fora, arriscam-se a fazer.

Os emigrantes portugueses são pessoas que criaram valor, que têm empresas, muitas vezes fortíssimas, pessoas que sabem fazer e criar do nada. Acho que isso é um potencial que se deve aproveitar.

Muitos emigrantes portugueses, sobretudo a geração mais velha, saíram do nosso país há muitos anos e o país que deixaram há vários anos já não é o mesmo de hoje em dia. Muitos deles ficam surpreendidos com a qualidade do país que encontram hoje. A mensagem que gostaria de deixar é que vejam o país que temos hoje em dia.

Às vezes a realidade já não é mesma de quando saiu. Hoje temos muito mais oportunidades. Para as gerações mais novas ainda mais forte é essa mensagem. Venham conhecer Portugal, conhecer as suas origens, e conhecer as imensas oportunidades que o país pode oferecer, sobretudo à comunidade mais jovem e que tem conhecimentos em áreas em grande crescimento.



Anne Marie Engtoft Larsen, Tech Ambassador

DIPLOMACIA

O Exemplo da Dinamarca

Durante os quatro anos em que exerci as funções de Embaixador de Portugal na Dinamarca, fui confrontado diariamente com um país que se esforça em viver à frente do seu tempo ou, como reiteradamente me foi dito, “para financiar um sistema social tão abrangente e complexo, temos de estar dez

anos à frente dos outros”.

Com uma população de 5,9 milhões de habitantes e um PIB per capita de 58 000 euros, a Dinamarca mantém-se como um dos países mais avançados do mundo, com empresas líderes de mercado como a Maersk, Novo Nordisk, Vestas, Coloplast, Lundbeck,

Novozymes, Lego, Ecco e tantas outras que permitiram que as exportações em 2021 ultrapassassem os 235 mil milhões de euros.

Nos últimos oitenta anos nenhum partido dinamarquês logrou obter uma maioria própria no Parlamento (Folke-

tinget) e, nesse longo período, só quatro governos de coligação conseguiram governar com apoio maioritário. Por isso, os executivos minoritários têm sido a regra nas últimas décadas, e os dinamarqueses habituaram-se a que toda a legislação, incluindo o orçamento, fosse sempre objeto de compromissos interpartidários em que a oposição negocia com o governo, sem bloquear a governação. Esta política de alargados entendimentos foi imposta pela crescente atomização da representação parlamentar em que um resultado acima dos 20% é uma raridade. Nas eleições de 2019, apenas duas formações tiveram mais de 20% dos votos, registando as restantes entre 8 e 2%; nas legislativas de 2022 só um partido teve mais de 20% dos sufrágios, obtendo o segundo mais votado 13% - situando-se todos os outros novamente entre os 8 os 2% dos votos.

A fragmentação partidária das últimas décadas na Dinamarca contou mesmo com o aparecimento em 1973 do primeiro partido da extrema populista e xenófoba da Europa - fundado pelo professor de direito Mogens Glistrup - que nessas legislativas surgiu do nada, obtendo a segunda melhor votação com 16% dos sufrágios. Nos últimos 50 anos os movimentos populistas focados na imigração têm-se sucedido - podendo dizer-se que se multiplicaram sem

crescer - existindo na presente legislatura três formações com essas origens que obtiveram, respetivamente, apenas 8%, 3,6% e 2,6% dos votos, bem longe do inicial sucesso de Glistrup.

Essa turbulência parlamentar nunca prejudicou o progresso e o crescimento económico do país, nem impediu uma governação eficaz, focada no lema que se impuseram de “estar sempre à frente dos outros”. Por isso mesmo, a Dinamarca foi dos primeiros países a promover a deslocalização de parte da sua produção industrial para outros países (“se esperarmos que as empresas cheguem à falência, não temos tempo para conseguir a requalificação dos trabalhadores”) e foi igualmente o primeiro a desenvolver o que seria designado por “flexicurity”, isto é, um mercado de trabalho flexível, um sistema social muito generoso, tudo aliado políticas ativas de emprego que promovem a reconversão dos trabalhadores e a sua reinserção no mercado do trabalho.

Para surpresa de muitos, a Dinamarca decidiu em 2017 nomear o seu primeiro Embaixador “Tecnológico” (Tech Ambassador) partindo da constatação que as grandes empresas tecnológicas têm mais poder financeiro e peso geopolítico que muitos Estados-Nações e os seus produtos cada vez

mais influência e interferência nas nossas sociedades. Por isso, há sete anos o Governo dinamarquês decidiu abrir em Palo Alto, no coração de Silicon Valley, uma delegação com um “Tech Ambassador” e sete diplomatas que são apoiados em Copenhaga por uma equipa de oito elementos, a que acrescentaram recentemente outro sediado em Beijing. Na realidade, essa decisão abriu o caminho para um crescente número de países seguirem os seus passos impondo à Microsoft, Facebook, Google, Apple, Nvidia, Open AI e outras, um diálogo permanente e de tal forma relevante, que os grandes conglomerados tecnológicos, partindo de uma postura inicial de relutância, compreendem agora as vantagens dessa colaboração.

Anteriormente, nos meus tempos de Copenhaga, pude seguir de perto os primeiros passos da primeira Universidade do mundo criada de raiz para as Tecnologias de Informação (IT University of Copenhagen) que tem subido muito nos rankings internacionais desde a sua fundação.

Apesar da atomização parlamentar já referida, os políticos dinamarqueses têm conseguido, ano após ano, gerar os consensos indispensáveis para não colocarem em causa o desenvolvimento do país.



José de Freitas Ferraz
Diretor do Instituto Diplomático

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A Identidade Macaense



A Identidade Macaense é um tema complexo e multifacetado, e na condição de Conselheiro das Comunidades Portuguesas pelo Círculo da China, o enfoque da minha acção exige uma reflexão e abordagem abrangente desta temática, que tenha em consideração os aspectos relacionados com a história e contexto, a diversidade da comunidade Macaense, os desafios e necessidades, o diálogo e a colaboração, bem como a promoção da cultura e língua Portuguesa.

Desde logo, a constatação da herança cultural luso-asiática, uma componente fundamental da Identidade Macaense, em

que a mistura de influências Portuguesas e asiáticas contribui para a singularidade da cultura Macaense, sendo a comunidade Macaense composta, na sua maioria, por pessoas que são resultado de sucessivas gerações de cruzamentos entre Portugueses e pessoas de origem asiática, incluindo mulheres de origem malaia, indiana, japonesa, chinesa e outras etnias. A preservação da língua Portuguesa, da culinária Macaense, uma expressão notável da sua identidade, e de outras tradições culturais, têm sido elementos fundamentais de suporte da Identidade Macaense.

Por outro lado, um outro aspecto importante que pode, e deve, ser valorizado como parte integrante da Identidade Macaense, está relacionado com o património histórico, porquanto Macau tem um legado histórico significativo como último território sob administração Portuguesa na Ásia. A influência Portuguesa pode ser vista na arquitetura, nas instituições e nas tradições culturais da cidade.

De considerar ainda a forte ligação a Portugal, com um sentimento de pertença à cultura Portuguesa e um interesse em manter laços estreitos com Portugal, um elemento de fundamental importância para o trabalho de um Conselheiro, no apoio à promoção desse vínculo e de facilitação de actividades de intercâmbio cultural que fortaleçam os laços entre Macau e Portugal.

No que concerne a desafios e oportunidades, pertinentes à comunidade Macaense, importa que se dê destaque à preservação da identidade cultural, num período em que nos deparamos com mudanças sociais e demográficas, sendo necessário identificar oportunidades para fortalecer a Identidade Macaense, como programas educacionais, actividades culturais e intercâmbios com outras comunidades lusófonas.

Em contexto, importa elencar alguns destes desafios que a comunidade tem vindo a enfrentar ao longo das últimas décadas, na preservação de sua identidade única. De entre alguns de significativa importância, destacam-se a tendência de assimilação cultural e perda gradual da língua portuguesa entre os macaenses, consequência da natural influência dominante da cultura Chinesa, a emigração Macaense para outros países, uma realidade constatada ao longo dos anos, resultando na dispersão geográfica da comunidade, o que torna, obviamente, muito mais difícil a manutenção das tradições culturais e a coesão da Identidade Macaense, porquanto a distância física e a influência das culturas locais nos países de destino afectaram a transmissão das práticas culturais e a ligação com as raízes Macaenses, as rápidas transformações na comunidade, como a urbanização e o desenvolvimento económico, e a pressão para se adaptar a uma sociedade em constante mudança, o envelhecimento da população, que constitui um repto constante à preservação da Identidade Macaense, caso não haja um incentivo às gerações mais jovens para que se envolvam activamente no estu-

do, consciencialização, valorização e transmissão de um legado inestimável de conhecimentos, habilidades e tradições. No contexto do Conselho das Comunidades Portuguesas, uma instituição que tem como objetivo promover os interesses e a participação cívica dos Portugueses que vivem no exterior, a Identidade Macaense deve ser considerada como uma parte valiosa e significativa da diversidade das comunidades Portuguesas no mundo, e uma expressão única da presença Portuguesa em Macau, com as suas características culturais, históricas e sociais, sendo essencial a representação e defesa dos interesses específicos da comunidade, trabalhando lado a lado com outras comunidades e com as autoridades competentes.

Na defesa dos direitos e interesses dos Macaenses, é necessário aos Conselheiros incentivar a sua participação activa na vida cívica e política local, envolvendo-se na defesa dos seus direitos, na promoção da representatividade Macaense em instituições locais, e no seu envolvimento na tomada de decisões que afectam a comunidade.

Além disso, o Conselho das Comunidades Portuguesas pode ser um fórum para discutir questões relacionadas à Identidade Macaense, como a preservação da língua Portuguesa, a promoção cultural, o apoio aos projetos e eventos comunitários e a colaboração com instituições locais e internacionais. É essencial, portanto, que o Conselho das Comunidades Portuguesas seja inclusivo e representativo, dando espaço para a diversidade das experiências e identidades dentro das comunidades Portuguesas da diáspora, incluindo a Identidade Macaense. Desta forma, o Conselho pode desempenhar um papel importante na construção de pontes, na promoção da cultura e no fortalecimento das relações entre as comunidades Macaenses e Portugal.

No entanto, na perspectiva de um residente veterano de Macau, de mais de quatro décadas, a análise à Identidade Macaense requer-se mais detalhada e aprofundada, e exigente, porquanto é marcada por uma história rica e inolvidável, memórias pessoais e uma profunda conexão com a cultura local. A primeira dúvida que me ocorreu, há algum tempo, quando me sugeriram escrever sobre a Identidade Macaense, estava relacionada com o tipo de contribuição que poderia prestar ao debate, nas suas diversas vertentes, e qual a melhor abor-



dagem, em que todos se sentem tentados a comentar, mas que se apresenta com alguma complexidade, evitando incorrer em erros de conteúdo ou forma. Um tarefa nada fácil, com toda a certeza, tendo em consideração os trabalhos já elaborados, os discursos proferidos e os artigos publicados em revistas e / ou jornais de referência nesta matéria, por individualidades que se dedicaram ao seu estudo, profundamente conhecedoras da temática, e de reconhecida idoneidade.

Então lembrei-me de algo que alguém me disse em tempos: As barreiras e limitações que nos impomos ao longo do nosso percurso de vida são construídas com base nos valores que nos transmitem sobre o que julgam ser a verdade, ou não, sustentados em preconceitos, e não em factos, ou em opiniões e não em sólidas e autênticas argumentações. Sendo assim, esses valores são a verdade de cada um, segundo a sua própria interpretação, mas nunca será a verdade de todos. Estes são os verdadeiros obstáculos, os obstáculos da intolerância e do pré-julgamento quanto às nossas competências e à qualidade das nossas participações no diálogo social. E de repente fez-se luz...e resolvi então, participar na discussão sobre a Identidade Macaense, que tanta importância tem, afinal, para todos os que se sentem Macaenses. Porque a minha consciência, e o meu sentido de responsabilidade, perante a comunidade, assim me obriga.

Esta é a minha verdade.

Em primeiro lugar, quero afirmar, de modo categórico, o meu orgulho em também me sentir Macaense. Mas, quem

somos? O que nos identifica? Qual o papel da nacionalidade neste contexto?

Como nota introdutória a esta análise, gostaria de partilhar convosco excertos de um discurso que me surpreendeu e que foi proferido pelo Professor Doutor Chia-Wei Woo, o Presidente fundador da Universidade de Hong Kong de Ciência e Tecnologia, durante a Cerimónia de Outorga dos Graus Académicos Honoríficos e de Pós-graduação da Universidade de Macau, em Novembro de 2011, em relação ao tema Macaense (o meu primeiro ensaio sobre este tema foi em 2013):

“Sei que a palavra “Macaense” apenas se refere a um segmento da população de Macau. Contudo, esta é uma palavra tão bonita. Quando dita em voz alta - como MACAENSE, soa determinada e dinâmica. Quando dita calmamente - como Macaense, soa doce e bonita. Deste modo, por favor permitam-me que seja corajoso para sugerir que alarguemos a utilização desta palavra para representar toda a população de Macau.”

Continua depois o seu raciocínio sugerindo que, imbuídos deste espírito, nos dirijamos aos nossos visitantes - turistas, negociantes, profissionais, e estudiosos universais, e exaltemos as nossas raízes e o nosso percurso de desenvolvimento histórico, desde “o romance da nossa tradição, ao fascínio da nossa modernidade”, a nossa herança cultural, a importância da rota dos descobrimentos no aproximar dos continentes, e a simbiose das várias comunidades que aqui se

resolveram radicar, permitindo também uma evolução nos objectivos puramente mercantis para uma disseminação do conhecimento humano, e que está na génese da Identidade Macaense.

Ora aqui está uma via de análise que considero muito interessante. A designação de Macaense está identificada e descrita em várias obras, e o seu resumo analítico poderá ser consultado acessivelmente na Internet. Assim sendo, seria demasiado repetitivo e conseqüente alinhar pelo mesmo modelo de debate. E para que seja dado o mote para uma abordagem alternativa ao tema ligado à Identidade Macaense, aproveitava aqui também a oportunidade para citar o distinto presidente da ADM, Miguel de Senna Fernandes, que afirma que ser “Macaense vai muito além da ideia da naturalidade. É, na maioria dos casos, um luso-descendente, mas com forte sentido de pertença a Macau por ali ter nascido ou vivido e esta vivência é sedimentada no tempo com a comunidade”, ou em resumo “o Macaense é aquele que tem Macau por referência e um sentido especial de Portugalidade”.

Na minha humilde opinião, tenho para mim que ser Macaense é um sentimento único, especial, e que está profundamente enraizado no espírito de todos os que, de coração aberto, e sem pré-condições, sentem o pulsar, o calor, e o cheiro inebriante de Macau. O Macaense é oriundo de Macau (ou de uma forma mais abrangente, aqui radicado), e assim perderá na história de Macau.

Macau foi, e é, territorialmente pequeno, mas nunca foi, ou será, insignificante na sua importância contextual histórica, e este é um sentimento comum a todos os Macaenses. Somos o resultado do encontro de duas grandes civilizações, e nesse contexto representamos a sua dimensão.

Macau é diferente, pois os valores da comunidade local Ma-

caense transmitem-lhe um cunho singular. Sem eles, Macau não era o que é, e é importante que eles se continuem a sobrepôr a qualquer questiúncula, para que todos possamos continuar a usufruir desta especificidade histórica, formada, ao longo de cerca de 500 anos, por estes elementos, que souberam conviver em harmonia e abraçar calorosamente todos os que por esta paragem debandaram.

A Identidade Macaense sente-se, não se diferencia. É um processo de tomada de consciência da igualdade na diferença, de interacção social e de afirmação de cidadania. Porque não somos amátridas. Macau é a nossa Mãtria. A nacionalidade é uma opção individual que obedece a critérios específicos e que não deve ser criticável. Não queremos nem deveremos ser objecto de diferenciação. Não deveremos socorrer-nos de privilégios para nos sentirmos integrados.

O que torna a definição de Macaense complexa e contraditória tem a ver com o facto de ela ser afectada por diversos factores, tais como a língua, gastronomia, religião, a genealogia e a sua cultura. E o que é a cultura Macaense? Julgo que não se deve, em princípio, compartimentalizar a definição da cultura Macaense, sob prejuízo de alienarmos parte da sua riqueza. Ela é o resultado desse intercâmbio magnífico entre as culturas ocidentais e orientais.

E qual é a importância da língua na manutenção da chamada Identidade Macaense? E qual a língua a adoptar como meio de comunicação e de integração? Aqui, o mesmo princípio se aplica. A riqueza está na diversidade. E essa é uma realidade com a qual convivemos localmente e na diáspora. Qualquer emigrante / imigrante tem noção da importância da adopção de várias línguas no processo de comunicação intercultural. E o Macaense, neste contexto, é também um cidadão do mundo, e integra-se rapidamente onde quer que vá, nem que pre-





cise para isso de aprender Grego ou Russo. Expressamo-nos, oralmente e por escrito, em Português, Chinês, Inglês e até em Crioulo ou Patuá Macaense, que, com a ajuda de alguns resistentes, nomeadamente o grupo de teatro “Dóci Papiáçam di Macau”, é um idioma que ainda vai sobrevivendo ao desaparecimento dos seus cultistas, promotores e falantes mais antigos, alguns deles entretanto já desaparecidos, tais como o saudoso José dos Santos Ferreira, o “Adé”.

Sendo um produto da multicularidade, o Macaense destaca-se na sua Identidade, porquanto não a subestima como um bem adquirido, ao contrário de outras culturas cuja percepção os induz no sofisma de terem escolhido a sua ascendência ou o local de origem.

É preciso transmitir às novas gerações esta noção de diversidade, e a riqueza inerente a esta herança, porquanto recairá sobre eles a responsabilidade de criação de unidade de propósitos a partir da diferença, sem que estes se confundam com uniformidade.

Eles são o produto de uma grande aventura, com resultados fabulosos, e não precisam de se preocupar em demasia com o problema de “Identidade”. Terão, isso sim, que se empe-

nhar em rejeitar a sua “rotulagem e compartimentalização” quando enquadrados dentro de um contexto comunitário, pois estes só prolongarão no tempo os sentimentos de divisão, indiferença, frustração e recalçamento. É necessária a criação de canais alternativos de comunicação, como forma de destaque de alguma insatisfação, que se tem vindo gradualmente a manifestar, da forma de exclusão a que parte da população de índole Macaense se sente votada em relação a determinados assuntos e a que julgam ter um direito de opinião.

A definição da sua Identidade será aquela que lhe quiserem dar, na continuidade ou na renovação, sem necessidade de paternalismos. Eles saberão, com certeza, e como tem sido atributo das várias gerações de Macaenses, adoptar e adaptar-se às novas conjunturas, criando o modelo mais apropriado às suas necessidades comunitárias, assente na premissa de uma confluência de interesses que resulte numa difusão efectiva de parâmetros que influenciem positivamente o contexto da sua afirmação. Esta não é só a minha verdade, é o meu mais ardente desejo.



Rui Marcelo

Conselheiro das Comunidades Portuguesas pelo Círculo da China

Isto é que fazem de nós

E perguntam-nos:

- sois homens?

Respondemos:

- animais de capoeira.

Dizem-nos:

- bom dia.

Pensamos:

lá fora...

*Isto é que fazem de nós
quando nos inquirem:*

- estais vivos?

E em nós

as galinhas respondem:

- dormimos.

Arménio Vieira



HISTÓRIA SOCIAL DE ANGOLA

Maria do Céu

A Plataforma História Social de Angola ouviu falar da residência da Liga Evangélica de Acção Missionária de Lisboa, cujo principal papel era servir de local de acolhimento dos missionários a caminho dos chamados territórios ultramarinos, durante o depoimento de uma antiga estudante da Missão do Dondi, Ernestina Venâncio. No processo deste e de outros depoimentos ficamos a conhecer o papel deste lar, apelidado pelos antigos estudantes por Lumiar 122, local onde se tratava parte da gestão organizacional e operacional entre as missões protestantes em Angola e o Império colonial Português, incluindo do aprendizado de português dos missionários provenientes maioritariamente da Suíça, Canadá e Estados Unidos da América e também da acomodação de angolanos, moçambicanos, guineenses e caboverdianos no âmbito das bolsas de estudo missionárias¹.

Recebiam apoio das funcionárias, e estas senhoras humildes entre outras relações sociais chegaram a estabelecer laços familiares com aqueles, a última ainda em serviço é a Maria do Céu. Esta senhora atendeu a nossa primeira chamada um dia depois de um residente da Lumiar 122 nos ceder o seu contacto telefónico. Não obstante, os pormenores do local fornecidos por Judite Lumumba e Ernestina Venâncio, o edifício não correspondia as descrições dadas, insistentemente, disse ao meu guia em Lisboa “João Leandro há tradição das joalharias se manterem no mesmo sítio e terem funcionários antigos”, pois os novos cafés de Lisboa tem empregados muitos novos e de outras nacionalidades. Na Joalheria disseram-nos “agora, o Lar está exatamente na traseira do antigo endereço”. A antiga caixa de correio com o Padrão da Liga confirmou estarmos no endereço certo. Maria do Céu humildemente sugeriu a permissão de David Valente, actual gestor do Lar. Dias depois, este marcou uma audiência e assim iniciou o processo de recolha de dados de mais um dos lugares de memória lisbonense mas também da história social de Angola, da CPLP e do protestantismo em Portugal.

A Maria do Céu é uma fonte direta do passado e do presente, onde a memória material e imaterial se encontram. Consegue descrever o passado eo presente do local onde os bolseiros missionários e outros protestantes residiam, faziam refeições, reuniões sociais, religiosas e provavelmente “o” outro

local lisbonense onde foram forjados os nacionalismos das antigas colónias portuguesas em África e outros mecanismos da comunidade internacional protestante contribuir para o derrube do último bastião do colonialismo, acções e activismo indispensável a formação dos estudantes universitários e seminaristas que viriam a liderar a luta de libertação das antigas províncias ultramarinas e a formação de outros líderes pelo menos até a década de 1980. A memória de Maria do Céu é rica e também simboliza as relações humanas entre os funcionários portugueses, estudantes e missionários, cujas acções representam uma outra face da história do colonialismo Português e o papel destes na formação social de África. Sempre que nos deslocamos a este lugar de Memória, Maria do Céu expressa a dedicação e o amor, nos pormenores dos seus testemunhos e na emoção incontida que se eleva. Afinal, é também a vida de uma trabalhadora portuguesa que aos dezoito anos, ainda muito jovem, recém casada, com baixo acesso ao ensino, cuidava de jovens da mesma idade com os quais estabeleceu sentimentos maternais, fraternais e de irmandade, colmatando a fragilidade com que os bolseiros missionários africanos chegavam. A captação audiovisual desta memória transcreve o simbolismo do capital social investido na preservação deste património material português, mas integrado na história das missões protestantes nas “colónias” e no modelo desenvolvido da educação de angola-





© História Social de Angola

nos. É nesta perspectiva de conhecer, reconhecer e preservar este capítulo da história social de angolanos protestantes que experienciamos em Portugal o recurso à memória oral enquanto ferramenta de produção de dados qualitativos de lugares de memória da história social de Angola em Portugal. O depoimento integra a historiografia de diversas fontes, entre as quais fotografias, o livro de registro (contém endereços e mensagens), a biblioteca, o mobiliário e a descrição do antigo e do novo imóvel. Os depoimentos se complementam, o do antigo estudante português David Valente, actual gestor da nova Residência, detalha demais dimensões na perspectiva de estudante que compartilhou o período universitário com estudantes africanos e missionários. A primeira parte deste depoimento foi recolhida durante visitas realizadas e a segunda parte é a transcrição do audiovisual, o processo conduziu a antigos estudantes para prossecução da investigação em curso.

Eu nasci em Arco de Alverca, chamo-me Maria do Céu Amorim Vieira Gomes, trabalho aqui desde 21 de Março de 1980, portanto já estou “aqui” há 43 anos e em Março farei 44 anos. Eu estou na residência dos estudantes que pertence a Liga

Evangélica, a minha função é tratar dos estudantes, recebê-los, tratar dos quartos e encaminhá-los para saberem o que devem fazer, o meu trabalho é trabalho doméstico e administrativo.

Na antiga Liga já não era assim, havia o pequeno almoço, o almoço, o lanche e o jantar, tínhamos uma cozinheira e uma outra empregada que ajudava à tarde a dar o jantar.

Quando entrei havia cá mais de trinta estudantes, nunca tinha visto muitos africanos. Então, como diziam mal deles, que matavam e outras coisas, eu disse “eu não acredito, se estão aqui são de bem, naquilo que eu puder ajudar eu vou ajudar, eu não vou por aquilo que me dizem”. Depois, fiquei feliz porque oravam antes do pequeno almoço e ao almoço e eu aprendi muito coisa porque ler a bíblia é coisa que os católicos não fazem.

Então, vi que havia estudantes africanos, uns eram muito aseados, outros eram um pouco desmazelados. Os quartos eram divididos por três, eram camaratas e eu quando eles entravam explicava como deviam fazer as camas e eles “muito bem”, só que depois vim a descobrir que eles não queriam dormir nos lençóis e dormiam nos cobertores, eu dizia “não

está certo”, mas eles diziam que tinham muito frio, porque a casa era muito grande e muito velha, enfim! Depois, vi que alguns “necessitavam” e eu com o meu pouco ordenado que tinha comprava uma fruta, sem ninguém ver, eu ia ajudando. Passado muitos anos, começou a haver dificuldades porque faltavam as ajudas da Suíça e de outros países (que eu não sei quais), mas da Suíça sei que éramos ajudados. Isto começou a ir muito para baixo, a casa a precisar de obras, a gastar-se muito dinheiro e então, resolveram fechar a cozinha. Isto cada vez degravava-se mais, vieram mais estudantes e eles precisavam de ser ajudados e eu via que aqueles mais necessitados precisavam da minha ajuda, não com as coisas da residência “eu ia dividindo pela comunidade do meu próprio comer, o que eu tinha pelo meu salário, as roupas que me davam eu ajudava os estudantes”, gostava muito (de os ajudar). Do meu pouco de comer que eu tinha eu ia dividindo com os estudantes... “porque dei consolo aquele filho que está muito longe mãe”.

Depois, eles falavam da cultura deles e eu gostava de os ouvir. Muitos choravam pela mãe, pelo pai e eu dizia o que é que se passa “tens aqui uma mãe, desabafava com o teu coração” e ajudava-os. Sentia-me feliz porque ia para casa cansada, mas ao mesmo tempo realizada porque dei consolo àquele filho que estava muito longe do pai e da mãe.

Eles diziam-me que eu devia ter mais filhos:

- É bom ter poucos filhos, eu tenho quarto para um filho e a minha vida foi sempre assim. Claro, vocês são muitos filhos deviam de ter uma médica para explicarem às mães,

quando não há pão para um, não pode haver para dois e para três, não há educação.

- É a nossa cultura.

Depois diziam a Dona Céu só tem um filho devia ter mais um filho, é bom ter filhos

- Não é bom porque eu não tenho quarto para mais filhos, já tenho muitos filhos.

E a minha vida foi sempre assim.

Quando abriu aqui essa residência eu fiquei mais feliz porque cada um já tinha o seu quartinho, tinha a sua casa de banho, já podia dar mais apoio, fazerem as cama todas as semanas, enquanto na outra não era assim, cada um fazia o seu.

Qual o papel da liga na vida destes angolanos?

Eu acho que a importância para eles foi ter o aconchego, serem bem acolhidos, verem que aqui nós, não é porque..., houve uma vez uma angolana que disse que eu era racista e eu disse-lhe:

- Não, de maneira nenhuma se eu fosse racista não estava aqui a trabalhar, isto está na tua cabeça, não sejas assim.

- Ah mas, eu já sofri!

- Sofreste com alguém, eu não tenho culpa. Portanto, eu amo vocês todos, para mim não há diferença, a cor para mim não conta, porque se eu me golpear o sangue é igual ao vosso, não quero saber disso.

Depois, eles disseram “Sim, dona Céu, realmente é verdade, já reparei”.



História Social de Angola

¹ Ouvimos o termo pela primeira vez durante a coleta da memória da antiga estudante Eunice Foreaid

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Pedro Almeida Maia

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



*Pedro Almeida Maia nasceu na cidade de Ponta Delgada em 1979, estudou Psicologia Organizacional em Coimbra e Barcelona, trabalhou na Irlanda e regressou aos Açores em 2017. Começou a escrever para música em 1996, seguindo-se crónicas para a imprensa local, literatura infantojuvenil, alguma poesia e ensaio. Estreou-se no romance em 2012, quando venceu o Prémio Letras em Movimento, tendo os trabalhos mais recentes integrado o Plano Regional de Leitura ou sido agraciados pela crítica, sobretudo *Ilha-América* (2020) e *A Escrava Açoriana* (2022), que inspirou a peça de dança «Açorada». No conto, tem participado em antologias, como na edição comemorativa do centenário do PEN Clube Internacional *Os Dias da Peste* (2021). Na poesia, venceu o Prémio Discover Azores em 2014, quando também foi considerado Escritor do Ano pelo Correio dos Açores. No género novela, publicou *Nove Estações* (2014), selecionado para a Mostra LabJovem, e *A Força das Sentenças* (2023), vencedor do Prémio Literário Manuel Teixeira Gomes.*

Vamos dar um saltinho à sua infância. Como nasceu este amor pelos livros, que se tornou em dupla carreira, de escritor e psicólogo? Cada vez mais escritor?

O interesse pelos livros surgiu muito antes da psicologia, quando ainda em criança vivi perto do jornalista e escritor Manuel Ferreira, autor de *O Barco* e *o Sonho*. Lendo-o e relendo-o, idealizava as diferentes maneiras de se contar uma história. Também costumo dar crédito à minha mãe, por ter abastecido a estante com livros ao longo da minha adolescência, e aos professores que fui tendo, cada qual incentivando-me no momento certo. Depois comecei a escrever letras para música, seguindo-se crónicas sobre artes, creio que foi quando percebi o verdadeiro poder da palavra. Já na idade dos trintas, venci um prémio literário que originou a primeira publicação: um romance que serviu de ignição para os outros seis que se seguiriam. Ainda assim, creio continuar a ser o psicólogo que escreve, pois coloco a profissão em primeiro lugar e o rótulo de escritor ame-

dronta-me, de certa forma. É preciso gostar-se muito.

Quem é Pedro Almeida Maia, o autor que está por trás das suas obras?

Eis a pergunta mais difícil de todas. Já fiz muitas coisas, estive ligado a inúmeros projetos criativos, empresas e pessoas. Hoje, considero-me primeiramente pai. Mas não deixo de ser filho e de pertencer a uma família alargada. O que me leva aos livros é a mesma curiosidade que me motivou no passado a produzir música, ou seja, um fascínio pelo ato criativo e pela capacidade humana de, a partir do aparente nada, conceber algo totalmente novo. E não consigo fazê-lo sem refletir ou filosofar, portanto, considero-me também um questionador. Atribuo importância ao ato introspetivo e creio que faz falta à sociedade. Sou apreciador do silêncio, necessito dele: gostava de poder escrever e não ter de falar sobre isso. E pronto, talvez não me consiga definir muito melhor com apenas estas linhas.

Recebeu recentemente mais um prêmio literário (por unanimidade) “Manuel Teixeira Gomes”, pela sua obra, *A Força das Sentenças*. Como nasceu a ideia para retratar o tema da Alzheimer? Fale-nos um pouco dos personagens deste magnífico romance.

Este livro é o mais íntimo de todos os que já publiquei. Começou por ser uma coletânea de ideias, mas ganhou corpo quando um parente meu foi diagnosticado com a doença. O professor Penedo Quental não é uma reprodução fiel da realidade, antes uma mistura aliciante. Viúvo, reformado,



© Hugo Duarte Silva

ambiciona ser escritor e de feitio peculiar, vê-se obrigado e mudar do Alentejo para Coimbra, para ficar mais perto da filha (por sua vez grávida), adotar um cão e aturar uma cuidadora que ambiciona secretamente ser governanta.

Na sua opinião, num mundo dominado pelas séries em streaming ou os videojogos, a leitura é ainda o veículo cultural essencial para a formação da cidadania?

Não tenho dúvidas disso. Há quem afirme que ler ensina mais do que seguir os atuais programas de ensino, embora eu defenda que a formação da cidadania deva incluir um pouco de tudo: literatura, ensino, desporto, espiritualidade, vida social (que no fundo é a verdadeira prática da cidadania), mas também algum streaming e videojogos. Porque não? Tudo depende da dosagem e do que se escolhe consumir. Por exemplo, há videojogos que desenvolvem competências cognitivas, como o raciocínio lógico; e há outros que ensinam a matar. Também na leitura há escolhas a fazer, mas isso dá trabalho e é preciso quem o ensine.

Segundo um inquérito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 61% dos portugueses não leram um único livro em papel, e, dos 39% que afirmavam ter lido, a maioria leu pouco. As conclusões deste estudo demonstram ainda para a existência de uma relação entre a educação e os hábitos de leitura, já que muitos não têm memória de os pais alguma vez os terem levado a uma livraria ou lhes terem oferecido um livro. Mais do que incutir este hábito nos mais jovens é necessário, primeiramente, estimular a leitura em contexto familiar?

Se pudermos, creio que podemos intervir nas diversas frentes. Há mudanças que podem ser feitas nas escolas, nas bibliotecas, em casa, na paróquia, até nas empresas onde trabalhamos. Onde houver pessoas. É uma questão social, portanto, se esta-



© Diogo Rola

mos a falhar, errámos como sociedade, como um todo. Mas sim, se a educação começa em casa, então temos mesmo de ler mais em contexto familiar, mas tornar isso uma atividade divertida, ao invés de uma obrigação. Há pessoas que conseguem fazer isso de uma forma incrível, e são esses exemplos que devemos aplaudir.

Quais foram as principais influências que marcaram a sua forma de escrever?

Além do já referido Manuel Ferreira, li os policiais de Rex Stout, as ficções de H. G. Wells e de Ernest Hemingway. Mais tarde, descobri Hermann Hesse, Huxley e Fitzgerald. As vozes portuguesas mais influentes que se juntaram foram Saramago e João de Melo, mas continuo a descobrir autores e tento acompanhar o que se publica em diferentes géneros literários, em português e inglês. Também leio muita não-ficção e publicações científicas.

De todos os livros que escreveu, qual aquele que lhe deu mais prazer ou que tem um significado especial?

O livro mais recente costuma ser aquele com que nos identificamos mais. Como terminei de escrever *A Força das Sentenças* imediatamente antes de iniciar *A Escrava Açoriana*, talvez seja a história de Rosário no cortiço brasileiro cujo significado sobressai neste momento. Mas tenho também *Ilha - América* num excelente lugar mental, por ter proporcionado um processo de investigação intenso e que me permitiu conhecer inúmeras pessoas novas.

É um dos artistas colaboradores da MiratecArts. Como é que esta entidade tem contribuído para a evolução da sua vida no setor artístico?

O trabalho da MiratecArts tem sido louvável. Recordo-me de aderir logo no início do projeto e de poder impulsionar o meu trabalho através de uma



© António Fonseca Tavares

rede de contactos dinâmica e em constante atualização. Por vezes, há preconceitos que desvalorizam a capacidade produtiva dos artistas, mas se não cometermos generalizações, apercebemo-nos de que há imensas pessoas ligadas às artes que são extremamente produtivas.

Projetos para 2024?

Este ano continuarei a escrever um novo romance, inspirado na história real de

um indivíduo açoriano que, no tempo da Lei Seca, nos Estados Unidos da América, juntou-se à máfia e cometeu uma série de crimes. É uma história recheada de ingredientes curiosos e, ao mesmo tempo, dramáticos.

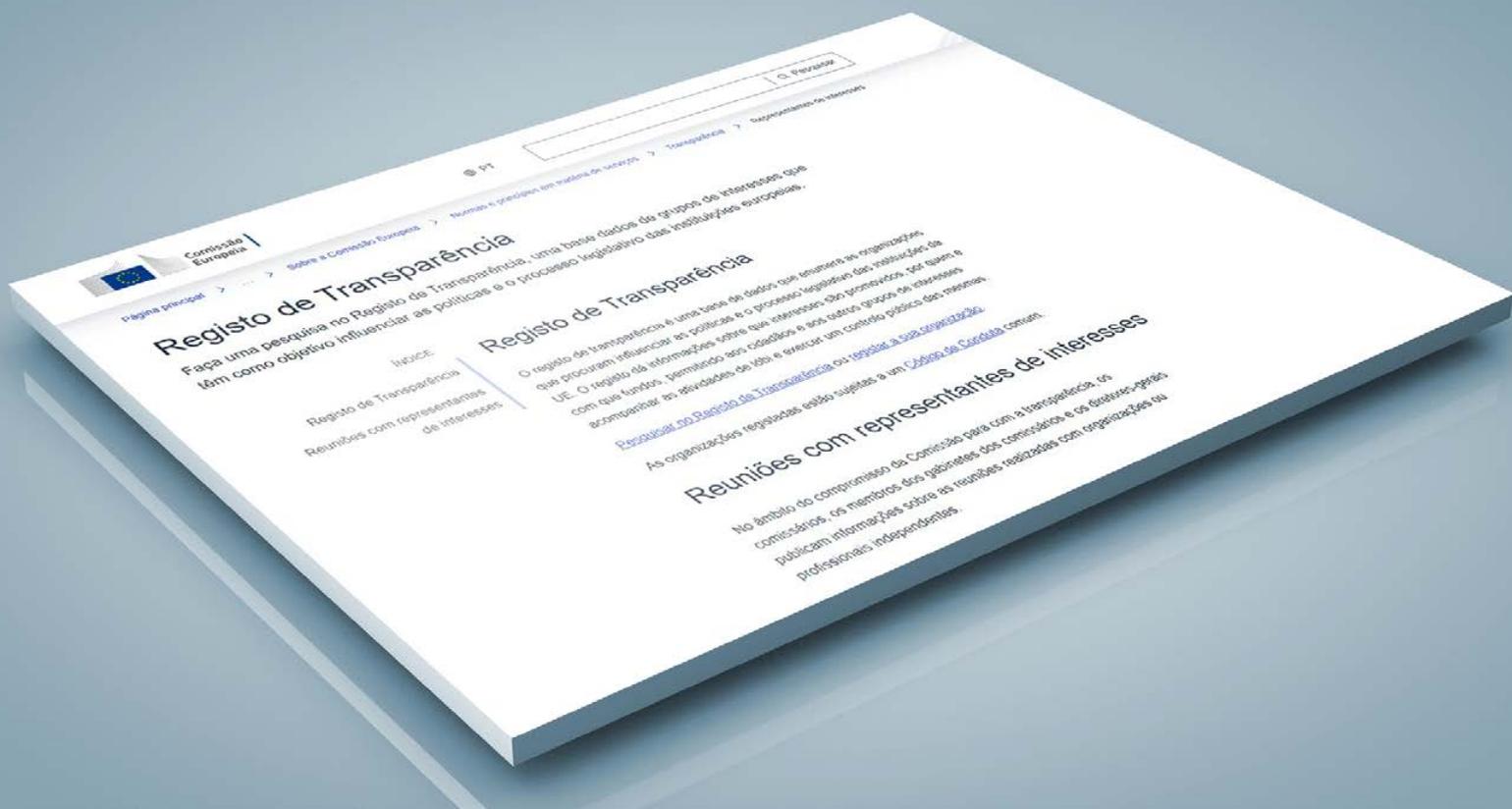
Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Sejam felizes no processo. Essa parte ninguém nos consegue tirar.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

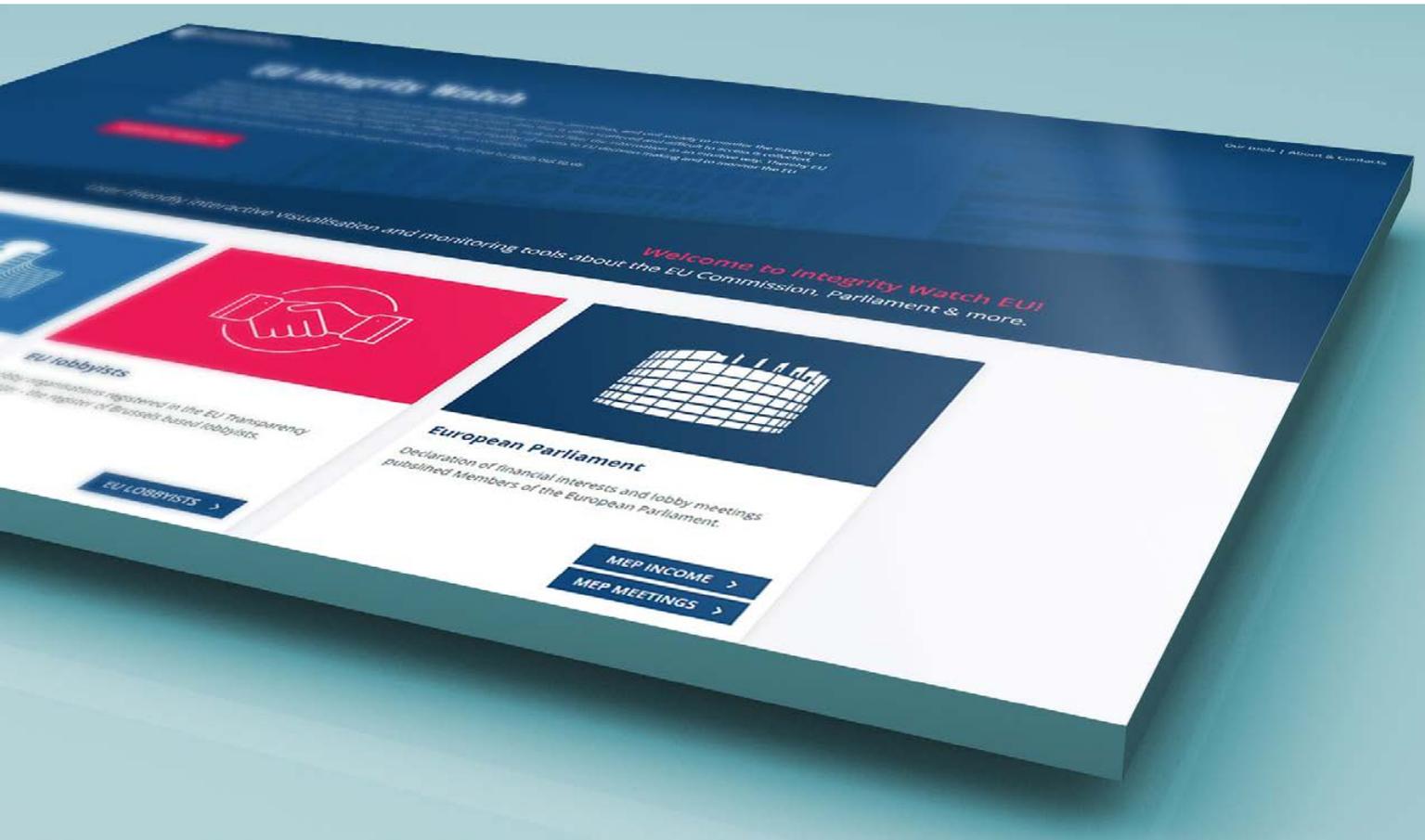
CONSELHO DA DIÁSPORA PORTUGUESA Registo de Transparência



O papel da diáspora na defesa e representação de interesses portugueses na União Europeia

Capital da Bélgica, Bruxelas é conhecida como o centro de poder da União Europeia (UE), onde são discutidas e tomadas as decisões que afetam todas as empresas e cidadãos europeus. Menos conhecido do grande público, no entanto, é a forma como são tomadas essas decisões e o papel que é desempenhado pelos representantes de interesses, também conhecidos como “lobistas”.

É importante começar por esclarecer que a UE dispõe de competências exclusivas em áreas como a união aduaneira, o mercado interno, a política monetária e a política comercial comum. Noutras áreas, como a política social, a coesão económica, social e territorial, a agricultura e pescas, o ambiente, a defesa dos consumidores, os transportes e a energia, a UE, partilhada a sua competência com os Es-



tados-Membros, que têm competência exclusiva nas áreas da saúde pública, indústria, cultura, turismo, educação, formação, juventude e desporto e proteção civil.

A UE tem assim poder para tomar decisões, de forma exclusiva ou partilhada, num significativo número de áreas com grande impacto na vida dos cidadãos e das empresas da UE. Essas decisões, por seu turno, são tomadas, na maioria dos casos, em codecisão, isto é, a Comissão Europeia apresenta uma proposta que tem que ser adotada simultaneamente pelo Parlamento Europeu, que representa o povo europeu, e pelo Conselho da União Europeia, que representa os Estados-Membros.

Para garantir que essas decisões são tomadas de forma tão inclusiva, aberta e transparente quanto possível, as instituições da UE procuram interagir com uma vasta gama de grupos e organizações que representam interesses específicos.

A defesa e representação de interesses, ou o “lóbi”, é assim considerada uma parte legítima e necessária do processo

de decisão que garante que as políticas da UE refletem as necessidades reais das empresas e dos cidadãos europeus. Mas quem são, de facto, as organizações que participam e procuram influenciar o processo de decisão? E, de entre estas, qual a participação das organizações portuguesas?

Antes de mais, é preciso esclarecer que todos aqueles que pretendam interagir com as instituições da UE e influenciar as suas decisões, deverão previamente inscrever-se no Registo de Transparência da UE, que é uma condição de acesso a determinadas informações, pessoas e locais.

No processo de registo, são pedidas informações sobre a organização, os interesses que representa e a legislação e as políticas específicas da UE que as suas atividades visam influenciar, além de informações financeiras. Ao fazê-lo, as organizações contribuem para a transparência do processo de decisão, porquanto não só essas informações são acessíveis ao público, como são igualmente publicadas, pelas instituições europeias, as reuniões que estas mantêm com as organizações inscritas no Registo.



Atualmente, estão inscritas no Registo de Transparência cerca de 12.500 organizações, sendo na sua maioria organizações não-governamentais, empresas, associações empresariais e sindicatos.

Relativamente aos países onde essas organizações têm a sua sede, a lista é liderada pela Bélgica, com cerca de 2.200 organizações, seguindo-se a Alemanha, com cerca de 1.700, a França, com cerca de 1.100, e os Países Baixos, Reino Unido, Espanha e Itália, com cerca de 700 cada.

Portugal, por seu turno, tem apenas 175 organizações inscritas, o que corresponde a cerca de 1,4% do total. Destas, de acordo com o site www.integritywatch.eu/, só 8 é que tiveram mais do que 5 reuniões de alto nível com a Comissão, e só 3 é que têm mais de 5 lobistas acreditados, isto é, que receberam um badge para aceder ao Parlamento.

O alcance e a importância da legislação europeia e a abertura das instituições europeias à participação ativa de representantes de interesses no processo de decisão europeia, desde que previamente inscritos no Registo de Transparência, justificaria amplamente a existência de um número significativamente maior de organizações portuguesas inscritas.

A recente inscrição do Conselho da Diáspora Portuguesa no Registo de Transparência, poderá não só aumentar a capacidade de Portugal para influenciar as políticas públicas europeias com impacto para as empresas e cidadãos portugueses, como constituirá um exemplo a ser seguido por outras organizações portuguesas.

O Conselho da Diáspora Portuguesa é uma associação privada sem fins lucrativos e de utilidade pública, constituída em 2012, que tem como principal propósito estreitar as relações entre Portugal e a sua diáspora, portugueses e lusodescendentes residentes no exterior para que estes, através do seu mérito, talento e influência, possam contribuir para o reforço da reputação e imagem de Portugal no mundo e, consequentemente, para o desenvolvimento e prosperidade do nosso país.

Entre os seus membros, que são atualmente 243, espalhados pelos cinco continentes, encontram-se especialistas nas mais diversas áreas - da saúde, à energia, do ambiente, à educação, das ciências às finanças, estando assim o Conselho da Diáspora Portuguesa particularmente bem posicionado para tentar influenciar positivamente as políticas públicas europeias em áreas prioritárias para o nosso país.



Rui Faria da Cunha

Conselheiro da Diáspora Portuguesa



ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024

9 JUNHO

Saiba onde votar:



Linha de Apoio ao Eleitor

+351 213 947 101



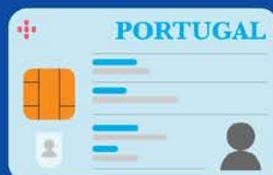
SMS +351 962 171 000

RE, (espaço)
Nº de identificação, (espaço)
data de nascimento,
formato AAAAMDD.



Portal de Recenseamento

www.recenseamento.pt



Pode votar entre as 8H e as 19H.

Apresente o seu documento
de identificação.

| AMBIENTE

Semear nuvens e colher tempestades

Habitado a longos períodos sem chuva, o emirado do Dubai deparou-se, em menos de 24 horas, com um nível de precipitação incomum, gerando-se o caos, particularmente, na pista do aeroporto e em várias artérias das cidades. Um dia bastou para que caísse mais do dobro da chuva que habitualmente cai ao longo de um ano. Em Al-Ain, por exemplo, registaram-se valores de precipitação na ordem dos 256 mm/24 horas. Um valor nunca visto que gerou algumas teorias e especulações sobre a origem de tal ocorrência.

Se por um lado há quem se refira a este evento como uma consequência directa das alterações climáticas, outros há que apontam a responsabilidade para a técnica de “semear nuvens”, muito utilizada nos Emirados Árabes Unidos. Todavia, segundo a opinião de alguns especialistas do clima, este fenómeno extremo deveu-se a uma baixa pressão, que atraiu ar quente e húmido. O ar quente terá permitido a retenção de mais humidade que, por seu lado, contribuiu para um aumento da intensidade da chuva.

Perante estas três possibilidades não será fácil quantificar o peso a atribuir a cada uma delas e só uma análise científica mais aprofundada e assente em factores humanos e naturais poderá determinar com maior exactidão o que realmente desencadeou tal fenómeno. Provavelmente, todas terão a sua quota-parte de razão e até poderá ter ocorrido a conjugação de vários factores. Começamos pelo impacto das alterações climáticas que, como sabemos, têm sido associadas à ocorrência de fe-



nómenos extremos, desde as secas prolongadas até às cheias que acontecem num curto espaço de tempo. Terá sido esta ocorrência um desses fenómenos provocados pelas alterações climáticas?

E, qual a influência da “sementeira de nuvens”? A “sementeira de nuvens” é feita por aeronaves que injectam sais compostos por pequenas partículas de iodeto de prata nas nuvens. Estas actuam como um catalisador e favorecem

a condensação e a ocorrência de chuva. Apesar de se tratar de um processo de elevados custos monetários, esta técnica artificial de criação de chuva existe há décadas e é utilizada com alguma frequência pelos Emirados Árabes Unidos para mitigarem o problema da escassez de água, sobretudo quando as condições de vento, umidade e poeira são insuficientes para provocarem a precipitação. Terá havido “sementeira de nuvens”?



Por fim, as razões apontadas por vários especialistas climáticos parecem fazer sentido e têm uma explicação científica, pois, fenômenos climatéricos extremos sempre ocorreram em várias regiões da Terra desde que a Humanidade existe, quando ainda não se falava em alterações climáticas e, muito menos, em “semear nuvens”. A baixa pressão apontada pelos especialistas terá desencadeado esta tempestade?

Independentemente da causa que deu origem ao evento

com estas consequências devastadoras, a severidade destas inundações deveu-se, também, à forma como o Dubai está edificado, assente em deficientes sistemas de drenagem de águas pluviais e na ausência de espaços verdes para absorção dos elevados níveis de humidade. Perante estas evidências, urge uma maior preparação do emirado para estes fenômenos de pluviosidade extrema, assente em estratégias e medidas de adaptação a esta nova realidade.



Vítor Afonso
Mestre em TIC



LUSO-CRIANÇA

A cidade e a árvore

IV Parte

Diz a Cidade à Árvore: hoje vamos terminar esta história, depois de já teres percebido a tua importância no seio das Cidades, como eu.

A tua sombra e a regulação da temperatura para animais e pessoas são outros dois fatores muito importantes. Numa rua citadina onde não existem árvores a temperatura é mais elevada e pode levar a que seja muito difícil viver nessas ruas e passear por elas.

Mais ainda: tu, Árvore, podes ser mesmo um habitat de fauna urbana e não apenas representar um baloiço de galhos onde pousam de vezes em quando algumas aves. Quantas vezes ouves os pássaros a chilrear nos seus ninhos nas Árvores das Cidades? Se não existissem Árvores

nas Cidades, essas aves tenderiam a desaparecer, desequilibrando os ecossistemas com pragas de animais prejudiciais à saúde dos humanos que vivem nas Cidades. As aves são predadoras de alguns animais que prejudicam a saúde pública nas Cidades.

Para finalizar, e uma vez que tanto se debate o tema das alterações climáticas, as Árvores também servem para fazer de barreira aos ventos que podem assolar com força e em algumas circunstâncias as cidades. Eles formam uma espécie de muro para nos proteger da fúria e estragos desses ventos fortes, que tanto medo nos provocam às vezes!

Viva a amizade entre a Árvore e a Cidade!



Madalena Pires de Lima
Escritora



| TRADIÇÕES LUSAS

Elogio ao pão

Enredos cerealíferos

Há quem diga que o mágico Gedi do Antigo Egito, um homem aí dos seus cento e dez anos, comia quinhentos pedaços de pão e meio boi por dia, que acompanhava com cem jarros de cerveja; por estas razões gozava de boa saúde, não tossia e não sofria de insónias (...) pelos vistos, o trigo prestava-lhe o pão, a cevada oferecia-lhe a cerveja e o que quedava dos dois acudia ao engrossar do boi.

Por cá diziam as gentes do Douro com certa mágoa

de manhã me dão migas/ao meio dia migas me dão/à tarde
pão com migas/e à noite migas com pão

era a utilização do pão levada ao extremo nos períodos de carência alimentar ou da sovinice dos donos do trabalho. Não quero assim consumir a pronta exaltação ao pão, mas, pos-

sivelmente, expressar um pequeno louvor à mais cúmplice aventura da história da gastronomia. Acontece que a história se explica sobre vários pontos de vista — dos historiadores ou dos economistas, dos sociólogos ou dos agrónomos, das palavras ou dos poetas... — porém, o pão, passado da nossa alimentação, o quotidiano da história, é um gesto de cada dia que não se explica. Não sou desse tempo nem ao divino me achego, todavia, tenho amigos bem relacionados junto dos guardadores celestiais e por isso acredito que Deus terá dito aos nossos antepassados — Adão e Eva — que deveras suariam para conseguirem a bênção diária do pão e também acredito que carregou com este fardo todos os seus descendentes. E disse pão e não leite, mesmo sendo este o primeiro sabor que conhece o paladar [...] O pão não é uma dádiva nem um alimento criado pelo Criador — elabora-se; o pão não brota da terra como a batata e a castanha — semeia-se; o pão não

se arranca da espiga – é fruto de muitas mãos. Enfim, o pão é um episódio da vida e o leite é uma obrigação maternal, no dizer de outros

o pão é um crédito ilimitado e o leite uma dívida eterna.

Falar de pão é falar de cereais — de trigo, centeio, cevada, aveia, milho ... — mesmo que exortar o cereal não queira sustentar o produto pão. Todavia, alguém chegou mesmo a afirmar que as «necessidades vitais e espirituais do homem estão reunidas na palavra pão». Afirmação impetuosa. E o vinho? O azeite, as mulheres, a sesta, a lua ou o sol (...) Eviternos companheiros de afectos, ardores e feitiços! Admito apenas que o pão é um dos símbolos da civilização, um dos constituintes da identidade humana e da distinção entre homem e animal. Aliás, na linguagem homérica, comedor de pão é sinónimo de Homem e ao consumir vinho é-lhe conferido o estatuto de ser Humano. Eloquências. Por sua vez, as míticas filhas de Anius transformavam em trigo, vinho e azeite tudo aquilo em que tocavam. Outros apregoavam que quem não comesse um cibinho de pão nem bebesse uma taça de vinho era selvagem e bárbaro. Ousada sabedoria destes antepassados que os tecnocratas de hoje teimam em censurar! A quem de direito por esta permitida ignorância — que Deus lhe perdoe porque tenho dúvidas que os nossos filhos o façam [...] De regresso aos cereais e à farinha

é razoável afirmar que a pátria do [nosso] pão é o mediterrâneo

com os trigos moles e o centeio à mistura – é uma invenção cidadina; os outros pães, principalmente as massas de sêmola

– o cuscuz berbere que os de Vinhais não deixaram sozinhos e acomodaram em cuscos – são produtos rurais. Lá mais para Oriente não se fiaram nas potencialidades panificáveis do [cereal] arroz e consomem-no como todos nós sabemos; na América Central vivia-se do maís que haveríamos de fantasiar nas polentas italianas, nos carolos beirões ou nas broas minhotas que já não dispensam o sumo gorduroso de uma sardinha assada e o boiar de um caldo verde. A China do Norte – terras de trigo – concedeu-nos os crepes e abençoou-nos com as massas que de trânsito para a Pérsia, através da eterna Rota da Seda, e daí para a área de influência árabe, receberam os nomes de al-itríyya (aletria) e de al-fidaws. Quanto ao pão, os egípcios já dominavam a sua técnica de fabrico desde os anos 2 500 a.C., assim como de bolos, fogaças e biscoitos, que só se impõem na Europa a partir do Barroco, excepto nas montanhas galesas e asturianas que produziam umas papas de farinha de ervas cerealíferas. É muito provável que, nesta época, este farináceo [já] endurecido e mergulhado num caldo-de-qualquer-coisa desse origem às actuais sopas e o seu ajuntamento com as carnes de cortelho adivinhasse os folares transmontanos. E foi a expansão marítima dos portugueses a embaixatriz deste nosso elogio para o longínquo Oriente.

É certo que a vida mudou com o princípio do pão-de-cereal mas seria insensato e iníquo com o pão de castanhas ou o pão de favas, melhorados com a mistura de cereais panificáveis e só derrotados pela batata peruana e pelas panificações industriais, se neste encontro gastronómico o aplauso não lhe fosse estendido.





O pão das nossas aldeias, melhor, os cereais panificáveis foram, então, o pressuposto da sedentarização, um novo conforto para a vida, o fim da noite dos tempos, o princípio da sopa (...) a matéria-prima da cerveja, o início da abstinência, o suporte da penitência (...) Foram o supermercado gratuito do homem primitivo! É o alimento mais universal e não deixa de ser um dos simbolismos da vida

«se os filhos demoram nove meses a nascer, também de nove meses é o tempo entre a sementeira de outono e a colheita de verão» [e] «há-de alimentar-se do seio da terra, como o filho se alimenta do seio da mãe»

Por isso, no tempo em que o vinho corria como água o azeite prometia luars cúmplices e assossegava o parvor das noites, os cereais tornaram-se mais abundantes que a areia à beira do mar. Pois então que regresse esse tempo, acrescente-se-lhe o virar do sol, o pico da sesta, o arrebatado das mulheres ou o balanceio das canções... e teremos não um

ponderado elogio mas elogio consumado ao pão e à partilha do pão.

Outros enredos, outros episódios. Ainda diz o [nosso] povo «o pão é o último apetite que se perde em caso de doença e o primeiro que se recupera na convalescença». Fez com que as suas necessidades vitais se reunissem na palavra pão — «pão para hoje e fome para amanhã» — e legou-nos tantos sabores paníferos quanto o número de aldeias, o tipo de lenha utilizada e os recheios prometidos. Tantas mestrias quantas cozinheiras-padeiras havia na região. Por isso...

entrar numa refeição sem as parçarias de um cadorno de pão

[e] um cacharro de vinho — nem pensar! O pão era só pão — sêmea obrada ou de quatro cantos, molego, ressuado, charrão ou borneiro, bento ou das almas, cozido em lenha de estevas ou em noite de estrelas. Quando muito, nos dias de festa é que poderia ser um pouco mais rebuscado: recheado





de chichas gordas e enchidos cárneos, peixes de sal, azeitonas e alcaparras delas, ervas de cozinha (...) Ou, então, era substituído por empadas, bôlas e folares. Mesmo assim, um mordico de pão não podia faltar. Nem que fosse só para empurrar a comida para cima do garfo, ajudar na merenda ou chiscar qualquer coisinha, enganar o bucho e fintar a lazeira, fazer a limpeza das beíças e das gorduras do prato, medrar o martuço do caldo ou as águas da sopa.

Sopa sem pão nem no inferno dão...

O pão de recheio, pão ou bôla de alcaparras acabadas de curar

também podia ser obrado de azeitonas pretas descaroçadas – era o pão de azeitonas – usando-se de sortimento pimentos amarelados de guarda avinagrada e rodela de chouriço de carne em vez de pimentos vermelhudos e fatias de presunto lardeado. Trata-se de um pão tipicamente pascal, também natalício e de entrudo, concorrente dos folares da maioria das nossas famílias e em tudo semelhante aos ancestrais eliopitta gregos de azeitonas conservadas em azeite. Outras famílias rurais ainda preferem trabalhá-lo como bôla meia-sovada recheada apenas de alcaparras, normalmente alcaparras velhas escaldadas e cortadas em pequenos pedaços, sem pitada de açúcar e untada de azeite antes de ir ao forno – é o pão de aldeia.

As bôlas de azeite é que são bôlas de massa sovada!

Pequenos pães espalmados, sem traço de fermento ou quase nenhum, simples de fabrico e de conservação prolongada. Fazem-se durante todo o ano, lembrando o pão ázimo dos marranos que confeccionavam pela época pascal. Enquanto na Terra Quente são mais conhecidas por bôlas sovadas, também por bôlas redondas ou salgotas, por bôlas calcadas no Alto Tâmega, já no Vale do Douro Superior o mais vulgar é nomeá-las de bôlas abarretadas e noutros locais sempre foram tratadas como bôlas azeitadas. Linguajares. Por norma, bôlas e empadas nunca são doces e raramente levam ovos. Doces são os bolos e ovos levam os folares, nem que seja só para o envernizamento do capote exterior antes da ida ao forno. As mais acreditadas exceções vão para as bôlas de bacalhau de cebolada bragançanas — a massa é feita de farinha triga e ovos de batedura, temperada com cravinho, colorau doce e pimenta preta, salsa à vontade, sal a contento, alhos e azeite a justo, e o bacalhau é cozido em vinho branco — os bôlos de chouriço, também brigantinos, preparados para dias de festa e guardados em caixas de folha-de-flandres, a empada de ovos fozcoense e os conhecidos santórios de Penude, presença obrigatória nas festas janeiras lamecenses de honra ao mártir S. Sebastião. Quando a massa é batida com azeite e ovos, fortalecida de aguardente bagaceira e condimentada com sementes de erva-doce, o mais comum é nomear estes elogios cerealíferos de pães de azeite e em alguns locais do Douro Internacional por bôlas de aguardente. Mas, as rainhas consortes das bôlas continuam a ser as aristocráticas bôlas de Lamego, recheadas, à vez, de carnes desfiadas de frango assado, outras carnes de vinha-d'alhos,

salpicão com alguma gordura, presunto, lascas de bacalhau ou sardinha miúda, com procedência nas receitas do antigo Convento de Lamego. São muito apreciadas como merenda e de merendinha à festança, sobretudo no período dos Santos Populares. (Diz-se que terá sido aquando da aclamação de D. Afonso Henriques como Rei de Portugal, no decorrer das lendárias Cortes de Lamego, que pela primeira vez se produziu a “bola” de carnes de porco para fazer face às necessidades alimentares da inusitada afluência verificada ao burgo lamecense.) Também não deixam de ser uma manda gastronómica regional

as plebeias bôlas de Tarouca de bacalhau e sardinhas a rechear a massa amilharada, as populares bôlas de Favaios de carnes estufadas de frango e coelho de criação ou as empadas baixas de Freixo só com carnes de porco fritas em azeite, as fritas do Planalto Mirandês que poucos ovos levam e as empadas de Moncorvo, que só diferem dos folares de Mirandela na forma de armar e por não levarem carnes de galinha desfiadas, a bôla de Sabrosa de carne de anho cozida e a seguir frita em banha de porco, a bica de carne de Barroso e os tradicionais pães de fumeiro e de chicha gorda (...) as empadinhas de carne, merenda tipicamente vileira, à base de miudezas e/ou carnes desfiadas de aves, ou de carne de vaca — é o caso dos históricos covilhetes de Vila Real, antigamente ligados às vendedeiras de rua nas festas de

Santo António, do Senhor do Calvário e da Senhora da Almodena, que devem o seu nome à pequena forma de barro preto de Bisalhães em que iam ao forno (...) aquelas meias-luas de camadas de massa folhada muito finas, recheadas com carne de vitela — os pastéis de Chaves — e os fradescos pastéis de entrudo de Vinhais com um enchimento de carne e aparas de vitela, presunto gordo, chouriça nova e ovos cozidos, tudo picado e temperado de sal e pimenta a gosto, que se amanhavam no sábadro magro para serem consumidos antes da entrada nos rigores da Quaresma.

À semelhança das alheiras e demais enchidos pãozeiros o foliar transmontano tem artes e engenhos, conforme a folareira, a terra, as posses e os dotes caseiros. No entanto, pode dizer-se que o nosso foliar é “um pão de farinha triga, amassada com um caldo de carnes muito apurado, azeite e manteiga para acomodar melhor a massa; recheado de rodela delgadinho de salpicão e linguiça, presunto velho, toucinho para pingar de onde a onde, carnes de galinha, a miúdo de coelho, peru e vitela — tudo refogado em azeite, desossado e desfiado em pequenos pedaços; em formas rectangulares, quadradas, redondas ou ovais; muito olhudo, leve, envernizado com gema de ovo e de «bom» tamanho, porque, se forem pequenos chamar-se-ão de folaricos ou merendeiras”. É comedoria de faca e garfo! E as ditas sopas de pão ou migas de pão?





Acompanhadas de um caneco de café!

Já foram prato único — de madrugada, pelo meio-dia, à merenda, ou nas ceias de fim de dia. Actualmente tanto servem de lastro como continuam a ser refeição completa. Azeite no refogado e de acerto final é que nunca lhe pode faltar! Se inicialmente eram as avigoradas migas das alheiras — sopas das matanças — com o pão dos dias anteriores, água da cozedura das carnes para enchimento e alhos rijados na banha do reco (...) as doenteiras sopas de cavalo cansado de pão do próprio dia, vinho tinto fervente para o amolecimento e açúcar amarelo como revigorante, as sopas de unto barrosãs — as sopas mata-fome — com o pão disponível no mosqueiro da cozinha, água bem aquecida e gordura da barriga do cevado... sem qualquer pingo azeiteiro, que era produto de rico, são, agora, as providas migas de bacalhau, as reputadas sopas de feijão-frade e as reconfortantes sopas dos pastores, que as mulheres dos guardadores de gado lhes faziam à chegada a casa — temperavam-nas de hortelã e poejos ribeirinhos e abastavam-nas de tanchagens e labrêstos amarelos apanhados à beira dos caminhos ...

sopas de ovos escalfados, as migas de peixe do rio

(como eu gosto delas!), migas de espargos bravos de qualquer canto do Vale do Douro Superior, sopas secas de carnes [da Mesa do Restaurante Maria Rita, uma das «7 Maravilhas à Mesa de Portugal»], sopas de alho estrugido, em tomatadas de alguidar de Freixo de Espada à Cinta, sopas da segada e da trilha rijadas de azeite e alho, as múltiplas sopas da matança e roupas velhas, migas à lagareiro, migas disto e daquilo... os olvidados aguadinhos da Vilarça!

Quando o porco fazia parte do cortelho e da salgadeira adegueira

as [nossas] migas eram mais aprumadas. Eram as migas dos ricos ou dos ilustrados pobres. O pão, além de uma atitude guerreira ou de hierarquização social, é — também — o rosto da ingenuidade e o corpo da euforia [...] Como o pão é o anel da cadeia que une a arqueologia com a alimentação e está na base da história da gastronomia — apelo aos amantes do passado que aceitam que o percurso do pão é paralelo ao da humanidade, aos acomodados do presente que acreditam que já foi tudo dito sobre o pão e aos nostálgicos do futuro que ainda pensam que o pão é de hoje e a fome não será para amanhã — a todos se decreta o pão como traço de união.



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Dimensões sociais do alcoolismo



Desde os tempos mais remotos que as bebidas alcoólicas são conhecidas pelos seus efeitos tónicos e euforizantes e consumidas pelas civilizações.

Desde os anos 50 que a questão do abuso do consumo de Álcool vem sendo objeto de discussão na Organização Mundial de Saúde (OMS), mas só em 1967 o Alcoolismo foi considerado na Classificação Internacional das Doenças, no Grupo 2 pela sua grande dependência física e psicológica, com capacidade para modificar o funcionamento do or-

ganismo e dos sentidos. O Álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas, uma vez que atua a nível do comportamento de quem a consome e com capacidade para desenvolver dependência, cujo consumo tem uma ampla aceitação social. A problemática do Alcoolismo enquanto problema social tem atualmente repercussões em todas as suas dimensões. O Alcoolismo é um dos maiores problemas de saúde pública na sociedade portuguesa, mas também a nível mundial, dado a sua prevalência e gravidade com forte impacto so-

cial. Considerando que a dependência em Portugal aumentou quase 50% na última década, atingindo atualmente valores que rondam os 4,5% e que continua a ser um dos países com mais elevado consumo de bebidas alcoólicas per capita (consumo médio 12 litros per capita por ano) registando a taxa mais elevada de consumo diário da União Europeia e em que 80% são homens a par do aumento de consumo por parte dos jovens e das mulheres, que bebem cada vez mais cedo e bebidas cada vez mais graduadas, não é de estranhar que os problemas familiares e de violência doméstica, laborais, de sinistralidade rodoviária, comunitários e criminais tenham cada vez mais a presença do consumo de álcool.

O reconhecimento da doença e das suas especificidades e complexidades é regra geral tardio no diagnós-

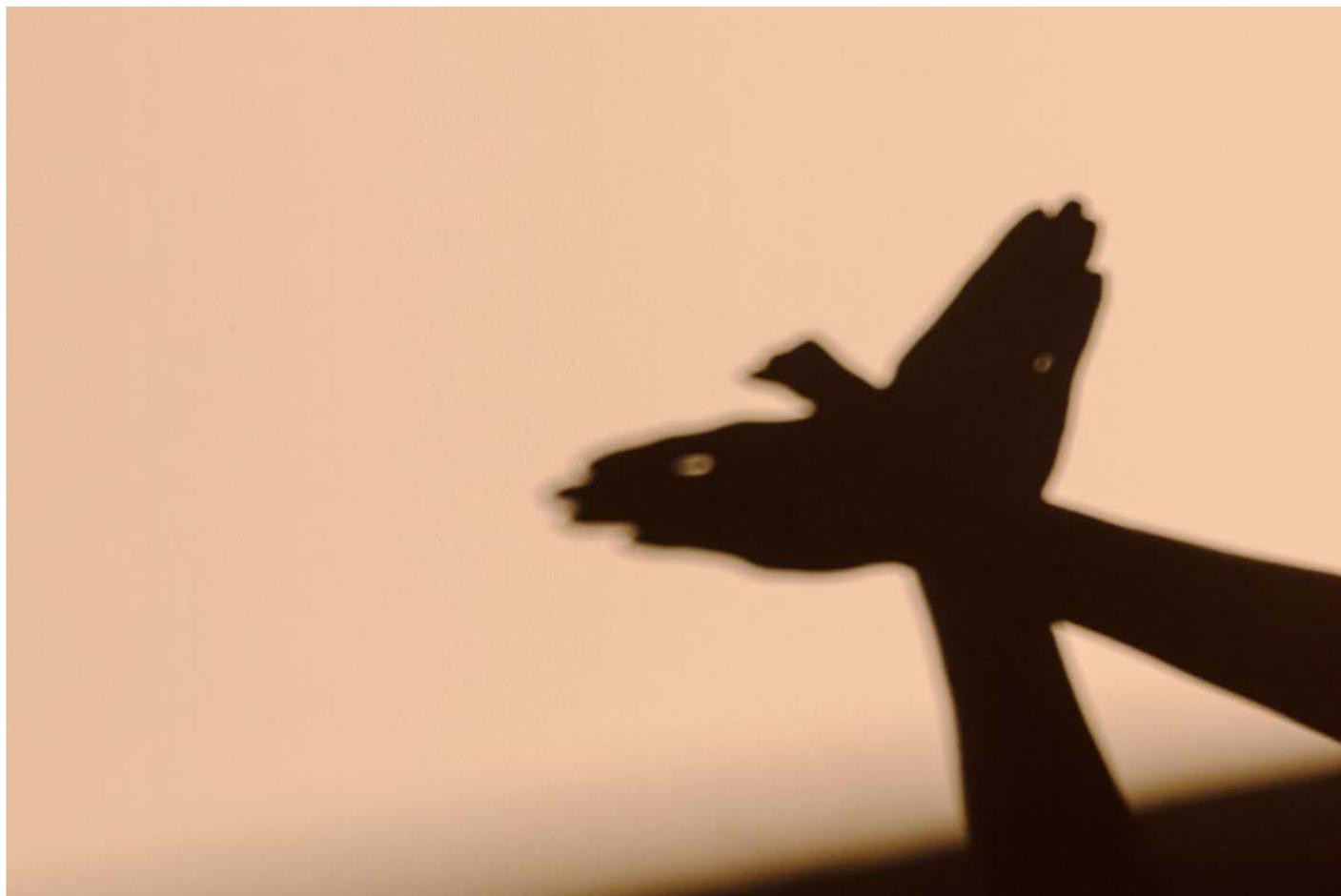
tico, tratamento e reabilitação tendo como resultado um profundo impacto com efeitos sentidos em todas as dimensões do social. Assim sendo, a visão do Alcoolismo tem de englobar a análise da doença alcoólica como uma dependência com consequências patológicas e psicológicas, com compromisso de todos os órgãos e sistemas, particularmente considerando os “modelos” de ingestão, as intoxicações agudas e o alcoolismo crónico, assumindo o consumo excessivo de Álcool uma das principais causas de doença e morte prematura a nível mundial.

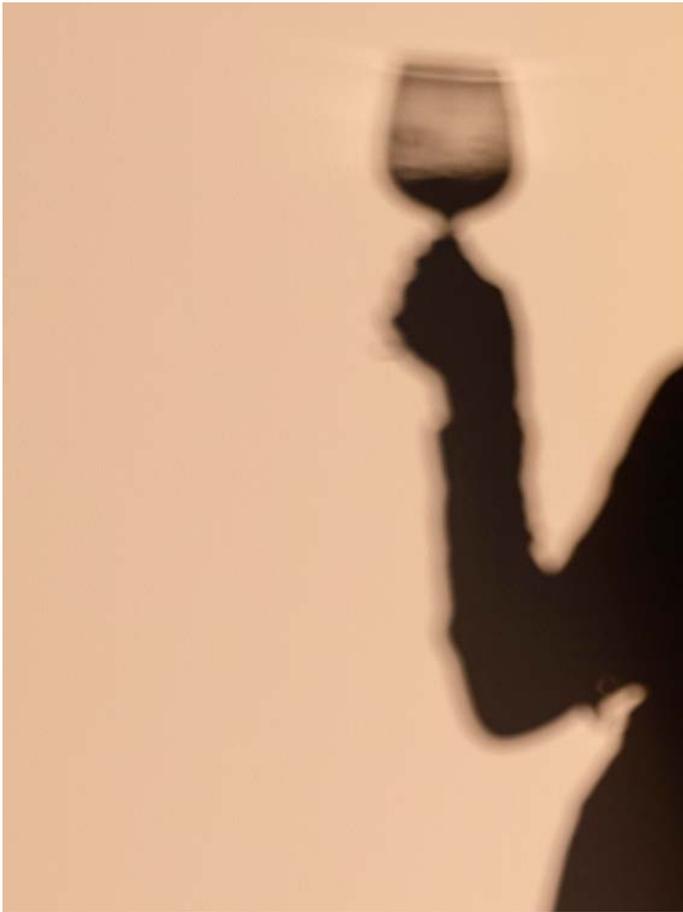
Em Portugal, se é verdade que deixamos de ter de uma forma generalizada, como há algumas décadas, as “sopas de cavalo cansado” como fonte complementar de energia, inclusive na primeira infância, também é

verdade que a atual idade de início de consumo de Álcool está registada aos 12 anos pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) em conjunto com o Observatório Europeu e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas se mantém com repercussões médicas marcadas e altos custos para a sociedade com implicações familiares, profissionais, económicas e legais.

São necessárias estratégias de avaliação e de intervenção que permitam uma resposta mais eficaz considerando a multidimensionalidade do Alcoolismo.

A procura de ajuda médica, nomeadamente em consultas de alcoologia, de doentes com alcoolismo tem aumentado, não só com novos casos, mas também de casos mais antigos com recaídas, o que é positivo no sentido





de adesão terapêutica, mas por outro lado tem demonstrado as fragilidades existentes nas respostas dos serviços de saúde. Estima-se que só uma percentagem muito pequena, que ronda os 10% dos cerca de um milhão de doentes com perturbações do uso do Álcool, estão em tratamento. Considerando que as manifestações clínicas são muito variadas com quadros clínicos diversos, agudos e crónicos, é fundamental aumentar e diversificar as respostas médicas e melhorar a acessibilidade aos tratamentos. Tem de haver concomitantemente a estas respostas uma intervenção de prevenção primária, secundária e terciária com papel relevante da Saúde Pública, com respostas integradas, com uma consciencialização social e cultural, para que se possam registar diminuições de consumos a par da reintegração social e readaptação à sociedade. É de vital importância dotar o País e a Saúde de recursos humanos e estruturas para o desenvolvimento e implementação de campanhas de prevenção geradoras de mudanças de comportamentos socioculturais.

Umhas palavras sobre os efeitos do Álcool durante a gravidez. Desde tempos imemoriais que o álcool foi associado a efeitos nocivos sobre a criança que irá nascer. De facto,

o etanol atravessa livremente a barreira placentária pelo que a difusão do Álcool vai fazer-se facilmente apenas em dependência do fluxo sanguíneo da placenta. Assim, a possibilidade de efeitos teratogénicos é uma realidade. O Álcool é responsável por variadíssimas alterações na gravidez com um aumento de incidências de malformações por efeitos tóxicos diretos no processo de divisão celular no período embrionário, mas também são significativas as repercussões sobre o período fetal e mesmo alterações do desenvolvimento pós-natal. Neste contexto é um fator de agravamento o facto de o consumo excessivo de Álcool nas mulheres ser particularmente grave, uma vez que o seu organismo tem menor capacidade de metabolizar grandes quantidades pelo que atinge mais facilmente níveis de toxicidade mais elevados. É um imperativo o combate ao modo despreocupado e permissivo como ainda é encarado em alguns setores pela população em geral o consumo do Álcool na conceção e na gravidez tendo em conta a prevenção e promoção da Saúde na sua globalidade.

Sendo atualmente o Álcool, em Portugal, uma droga legal e comercializada e aceite socialmente, associada numa larga maioria da população a uma cultura e estilo de vida



ou mesmo de identidade de grupos sociais, faz com que seja acrescida a dificuldade de intervenção nas diferentes vertentes da problemática do Alcoolismo com uma larga interação de fatores.

A Alcoologia como área da Medicina que se dedica ao estudo, diagnóstico, prevenção e tratamento dos problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool, é uma disciplina multidisciplinar que envolve diferentes especialidades médicas, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais de saúde com um papel fundamental na Saúde no seu conceito global e em particular na Saúde Mental.

Concluimos destacando todo o trabalho feito nesta área da Alcoologia, mas também a necessidade de um maior es-

forço de todos os intervenientes e de todas as estruturas com programas abrangentes e inovadores de divulgação e de intervenção na prevenção, no diagnóstico e no tratamento do Alcoolismo, contribuindo para a alteração desta problemática no nosso País. Questões como as subidas dos preços das bebidas alcoólicas ou a fixação de preços mínimos ou mesmo as questões de publicidade e de marketing terão de ser considerados numa abordagem mais global das vertentes económicas e em particular na repercussão nos custos da Saúde.

Todos podemos colaborar na luta contra o Alcoolismo. Vamos todos empenharmo-nos em intervenções geradoras de conceitos, de atitudes e de comportamentos compatíveis com uma Qualidade de Vida desejável.



Eduarda Oliveira
Médica Pneumologista



FUNDAÇÃO AEP

A ferramenta de Business Intelligence

A Rede Global da Diáspora (www.redeglobal.pt) é um projeto promovido pela Fundação AEP, que tem por objetivo aproximar as PME portuguesas com a Diáspora.

Este projeto responde a uma estratégia colaborativa de internacionalização, assente na construção de uma plataforma capaz de promover o relacionamento dos portugueses espalhados pelo Mundo entre si e entre estes e as PME portuguesas, com o objetivo de os transformar em verdadeiros embaixadores e promotores da oferta nacional.

Com a ferramenta de Business Intelligence (<https://bi.redeglobal.pt/>) disponibiliza-se uma plataforma online de prospeção permanente nos diversos mercados, em expansão constante, de onde é possível retirar informação relevante ao nível da caracterização da diáspora empresarial. Esta ferramenta possibilita conhecer a diáspora ao pormenor, permitindo às empresas identificar os canais de distribuição mais adequados a cada negócio e/ou setor de atividade, através duma ferramenta de business intel-

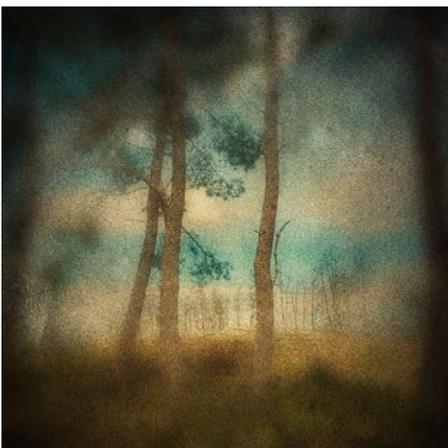
lignence. A ferramenta de Business Intelligence constitui-se como mais um instrumento de apoio à internacionalização das empresas portuguesas permitindo conhecer e interagir com as empresas e empresários da diáspora. Simultaneamente, para facilitar a interação comercial, disponibiliza uma base de dados de empresas portuguesas exportadoras, as quais podem ser reconhecidas de acordo com o seu perfil de produto e mercados-alvo. Pretende-se, desta forma, uma aproximação dos portugueses emigrados à comunidade empresarial da diáspora (contribuindo para o aumento da ven-

da de produtos portugueses), ao mesmo tempo que permite disponibilizar às PME portuguesas informação de mercado relevante para o desenvolvimento dos seus negócios internacionais, designadamente no acesso aos canais de distribuição. A plataforma, neste momento, já conseguiu registar a presença de perto de 15 mil utilizadores só na ferramenta de Diáspora Business Intelligence, espaço privilegiado para conhecer a diáspora ao pormenor, permitindo às empresas identificar os canais de distribuição mais adequados a cada negócio e/ou setor de atividade.





PELA LENTE DE
Adelino Marques



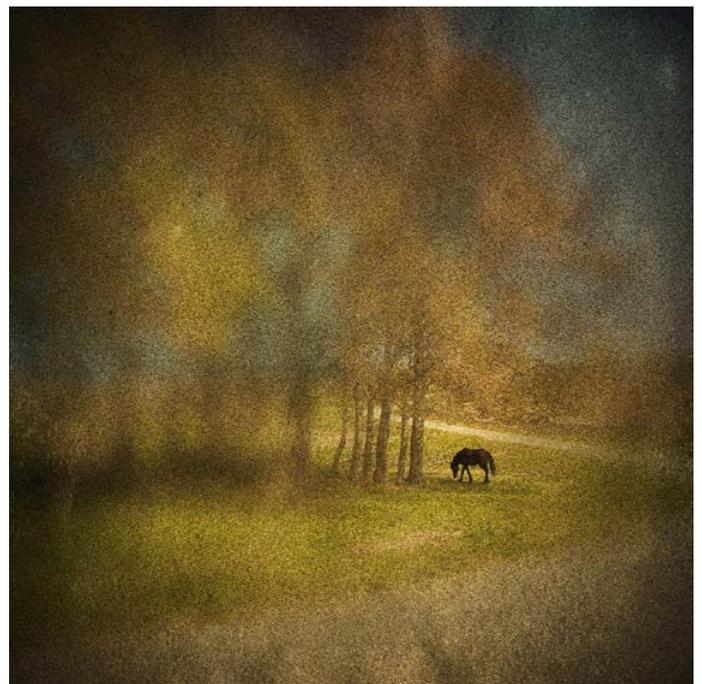
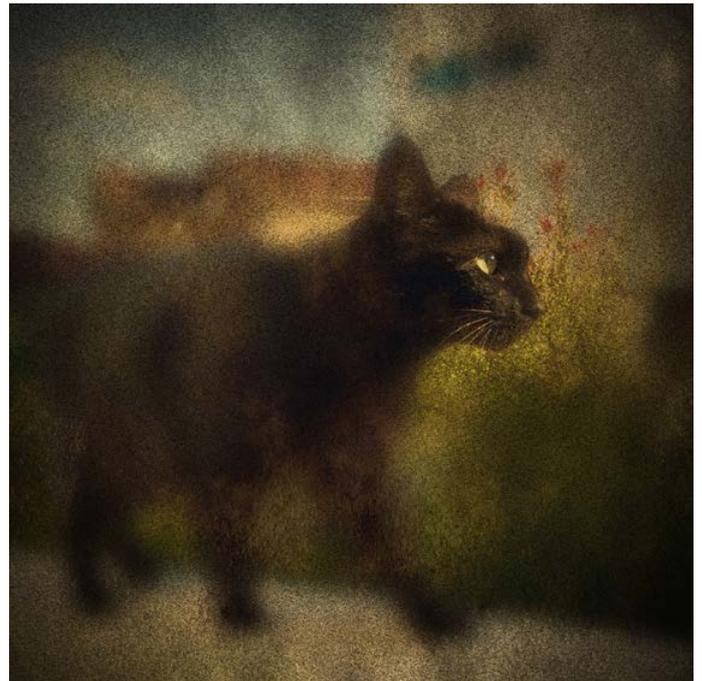
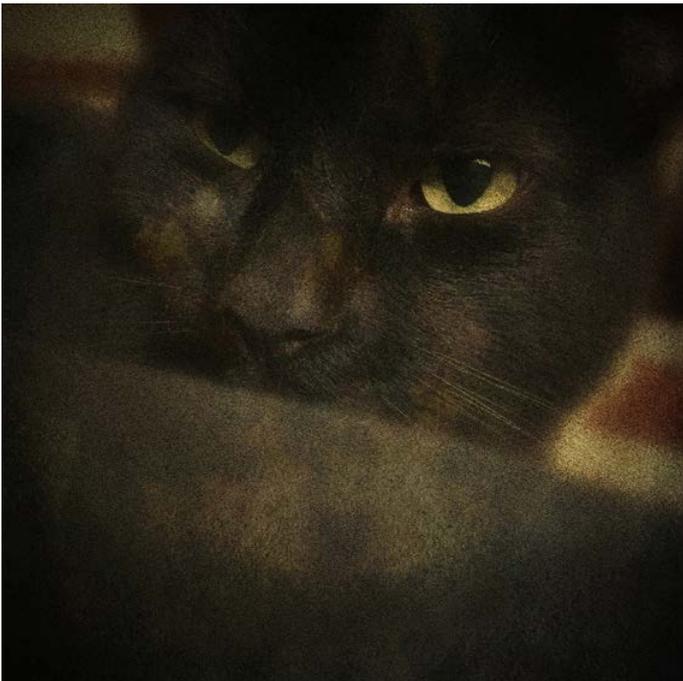
No trabalho que Adelino Marques apresenta, a câmara é o meio de recolha da matéria-prima para criar registos expressivos que são manifestos da sua subjetividade. Entre a captura e o trabalho que o observador vê, há a mediação do autor que não tem intenção de documentar, ilustrar, descrever a realidade: acrescenta-lhe texturas, cores, sombras, luz, que combina numa composição original, numa realidade subjetiva, intencional e explicitamente construída. Transcende, portanto, a realidade captada acrescentando-lhe a sua sensibilidade que envolve emoções, afetos, história de vida, desejos, memórias, pensamentos latentes.

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE

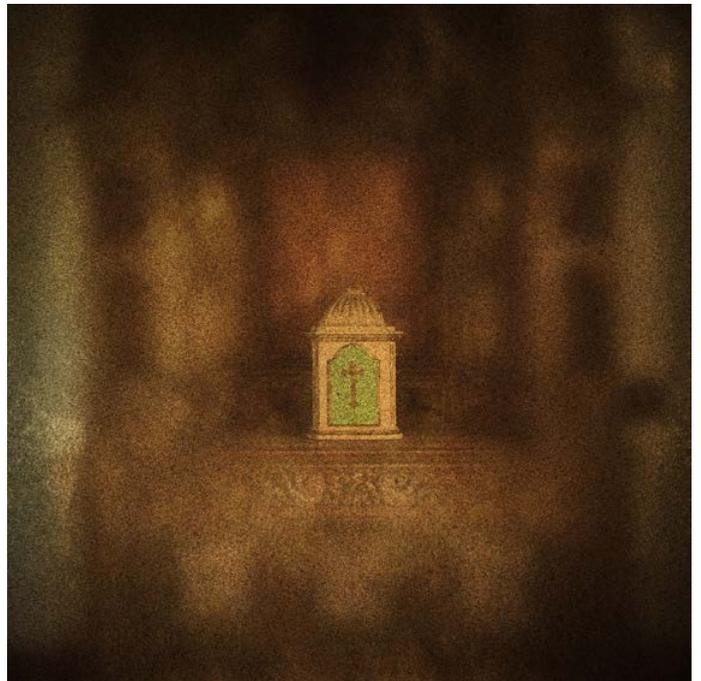
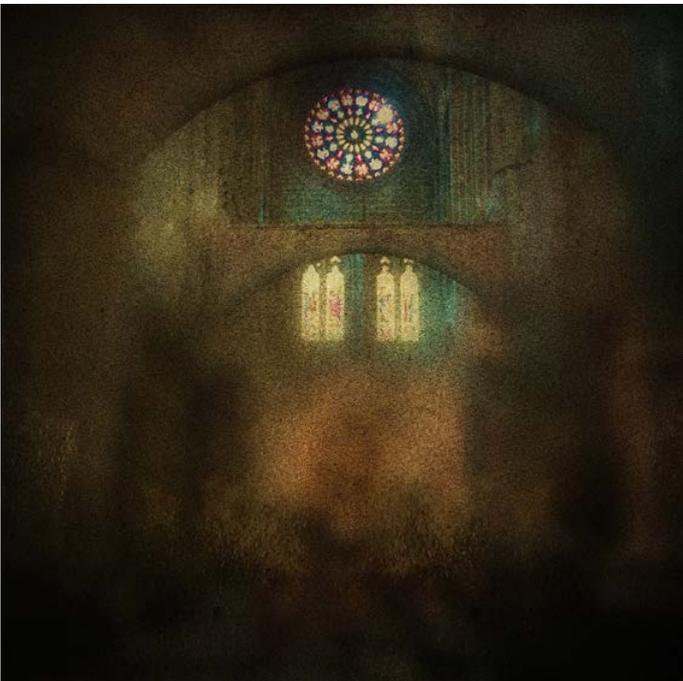
O domínio que o autor acolhe não é um modelo descritivo, mas antes o mundo apropriado pelos sentimentos e sensações expressas pela omissão de detalhes, pelo afagar de esquinas, pelo blur dos recortes, pelos espaços de invisibilidade, pelo atenuar de fronteiras entre figura e fundo, entre planos, entre centro e margens...

Presente está o mundo em que os quatro elementos se combinam – água, terra, ar, fogo. Presente está a flora, a fauna, o humano em diferentes declinações. É indiferente a localização no tempo e no espaço. Não importa se aquele escorrer de água é da laguna de Veneza ou do rio Minho, não importa se o barco é uma gôndola ou um caíque, se tem barqueiro ou não, se parte ou se chega.



DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



Não importa saber se os moinhos são de Óbidos ou, até, os moinhos de D. Quixote. São moinhos com velas e parece ouvirmos o vento a movê-las. Importa que existem ali, a suscitar memórias que estão para lá da memória do autor. E é desta deslocalização que vive também este trabalho, porque o conteúdo é mais importante do que o contexto espacial ou temporal, até porque o tempo que pode ser convocado é um tempo pessoal, íntimo com cronologia própria. E essa é a transcendência que nos habita.



Quando o autor convoca Alberto Caeiro na sua referência à “espantosa realidade das coisas”, convoca-o como ponto de partida, não de chegada. A selfie que antecede a(s) série(s) é o seu autorretrato, é fractal afetada por todo um jogo pictural que transborda e atravessa as imagens. O que nos é dado não é a realidade das coisas, antes uma realidade construída, imersiva, que empaticamente nos envolve a percorrer um caminho apenas insinuado. Resta-nos aceitar o convite e, a partir daí, incluírmo-nos nos lugares mágicos que nos são propostos.

É em lugares assim, em que a errância é o modo de caminhar, que a poesia pode acontecer.

Manuela Matos Monteiro



PROGRAMA REGRESSAR

Marta Neto

Emigrante no Brasil, regressou a Portugal em dezembro de 2022

Nascida nas planícies do Alentejo, Marta Neto, designer de moda, transportou para o seu trabalho criativo as influências islâmicas e as técnicas ancestrais (como a tecelagem) da sua terra natal.

A sua vida profissional esteve marcada por diversas trajetórias, salientando-se Londres (onde estudou Design de moda e trabalhou ao lado de nomes como, Alexander

McQueen e Hussein Chalayan – experiências que geraram marcas no seu ADN estético); vários países da China à Índia, passando pela Turquia e Sri-Lanka (onde criou e coordenou projetos de moda e sourcing pela Zara); e a América Latina, mais precisamente no Brasil (onde as influências passadas e o Tropicalismo inerente à cultura brasileira se fundiram, e onde centralizou como pontos



do seu trabalho, a influência da natureza e o conceito de “slow fashion”. Ainda no Brasil, concebeu um escritório multidisciplinar de moda Idea.Fashion.Lab, focado na criação de produtos sustentáveis e inclusivos para marcas de moda. Este trabalho é feito em parceria com organizações de inclusão social como o Projeto Tecer para mulheres em situações de risco e grupos de indígenas Warao, refugiados venezuelanos no Brasil com o apoio da UNHCR -ACNUR (The UN Refugee Agency).

O desperdício é o novo design.

Olhar o futuro do têxtil revendo os erros do passado, utilizando essa aprendizagem como motor de mudança.

Em Portugal, em 2023, desenvolveu o seu posto de trabalho, no âmbito do “Beat by be@t”, projeto de desenvolvimento de têxtil sustentável, em parceria com Moda Lisboa e CITEVE. Designado de NOWASTE, este projeto conta com três pilares (Reciclar, Reutilizar e Repensar), e procura utilizar as aprendizagens dos erros passados como motor de mudança, repensando e reutilizando os desperdícios e transformando-os em peças de valor, a partir do processo de Upcycling.

Destaque também para a criação do posto de trabalho no Alentejo, apoiado pela MAREP – Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, apoio financeiro da responsabilidade do IEFP.

Programa Regressar



José Albano
Diretor Executivo do PCRE



| FALAR PORTUGUÊS

«Tirar as impressões digitais» é erro de português?

Há uns dias, estive numa piscina com a minha mulher. Estava mais quieto do que o habitual, a tentar adaptar-me às lentes de contacto.

A Zélia vira-se então para mim e diz: «Costumas gostar de fazer umas piscinas...»

Sorri e pus-me a nadar. Sim, é verdade: é bom fazer piscinas. Fico bem-disposto.

Enquanto nadava, comecei a pensar. A expressão «fazer piscinas» é curiosa. Naquele contexto, é uma forma familiar de dizer «nadar todo o comprimento dum piscina». Noutro contexto, quererá dizer «construir uma piscina». A nossa cabeça dificilmente se atrapalha: pega numa palavra e estica-a para apanhar uma série de significados e de nuances, usando para isso tudo o que encontra à volta.

O verbo «fazer» quer dizer tantas coisas! Desde «cortar» (em «fazer a barba») até ao tal «nadar» (em «fazer piscinas»). É um belo monstro semântico — e uso «monstro» no bom sentido. Isto é mau? Claro que não! Só alguns obcecados por uma língua simplificada e quadrada não gostam da maleabilidade do português — e de todas as outras línguas.

Chegamos então ao verbo «tirar» é às impressões digitais... Já me aconteceu ouvir pessoas muito preocupadas com a expressão «tirar as impressões digitais». Na cabeça dessas pessoas, um funcionário que diga ao incauto cidadão «agora tenho de lhe tirar as impressões digitais» está a incorrer num gravíssimo erro de português. O certo seria sempre «colher (ou recolher) impressões digitais».

Porquê este medo arbitrário do verbo «tirar» com sentido de «recolher»? Não sei bem. Talvez porque a estas pessoas lhes faça impressão o facto de haver verbos que mudam de sentido conforme o contexto. Talvez porque inventem uma ambiguidade fantasma, imaginando um cenário em que tirar «impressões digitais» quisesse dizer «retirar as pontas dos dedos a alguém». Estará o tal funcionário do registo civil, quando diz ao cidadão «vou-lhe tirar as impressões digitais», a informar que o passo seguinte é cortar-lhe a pele das pontas dos dedos? Um filme de terror, não haja dúvida!

Um terror, na verdade, é esta visão da língua, que lá vai fazendo o seu caminho, estragando a relação dos portugueses com o português.

Enquanto os engenheiros informáticos andam, com esforço, a tentar elevar os computadores ao nível de inteligência dos nossos cérebros (e ainda estão tão longe...), estes «defensores da língua» (aspas bem sublinhadas!) parecem querer baixar a inteligência humana ao nível dum robot, que só percebe as palavras se estas tiverem um significado fixo, imutável e único.

Estes simplificadores compulsivos parecem ainda estar sempre a tremer de medo das ambiguidades absurdas. Como se eu, ao dizer a um amigo «vou-te tirar uma fotografia», arriscasse ver o meu amigo a fugir, pensando certamente que lhe quero roubar a fotografia que ele tem na carteira...

As palavras mudam de significado conforme a pessoa, a hora do dia, a época, o contexto... Sempre assim foi e sempre assim será — porque somos seres muito pouco mecânicos e usamos as palavras de forma orgânica, mudando-lhes o significado a cada uso e cosendo esse mesmo significado às outras palavras, aos nossos gestos, ao piscar dos nossos olhos. E fazemos isto a várias vozes, o que só não espanta quem estiver muito distraído...



Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

| FISCAL

Justiça à Portuguesa

Apoiando a instalação de sociedades estrangeiras em Portugal tenho que passar pela vergonha de explicar o funcionamento da justiça portuguesa, em particular do Tribunal Comercial de Lisboa, que pura e simplesmente não funciona, já que a entrada de um processo neste tribunal é como entrar num buraco negro, sem nunca se saber quando o processo acabará e sem garantias de uma decisão justa e eficaz.

Desta forma, vejo-me obrigado a sugerir que estes investidores encontrem outras formas de protegerem os seus direitos e as suas relações comerciais, pois caso seja necessário recorrer ao tribunal comercial, e mesmo que tenham a sorte de conseguir uma sentença justa, dificilmente a sentença poderá ser posta em prática pois tendo em conta a duração normal de um processo neste tribunal, quando o processo acaba, a parte que teve o comportamento censurável, já teve todo o tempo do mundo para tomar medidas que tornam impraticáveis a aplicação da sentença impossibilitando que se faça justiça a quem foi prejudicado.

Posso até referir o exemplo de uma sociedade, em que um dos sócios produziu documentação, que apesar de violar os estatutos da sociedade conseguiu que tivessem eficácia legal com impacto na vida da sociedade, permitindo que fossem tomadas várias decisões que violavam os estatutos da mesma, o outro sócio tendo conhecimento da situação, interpôs uma providência cautelar para

suspender os efeitos legais desses documentos, 9 meses depois o tribunal de comercial faz uma audiência para ouvir as partes e no fim de menos de dois meses a sociedade já não tinha nada, património, clientes, etc, pelo que apenas ficaram dívidas que o sócio prejudicado apenas teve conhecimento muito tempo depois.

O sócio prejudicado ainda esperou pela decisão do juiz, que segundo o próprio afirmou, durante a audiência da providência cautelar, estava-se perante uma questão simples de direito para avaliar se os documentos violaram ou não os estatutos, e mesmo assim, um ano depois, ainda se desconhecia a decisão.

Perante isto o sócio prejudicado deu tudo como perdido e abandonou o processo para minimizar as suas perdas. Entretanto já tinha tomado consciência do estado da sociedade, não sendo já possível reverter a situação.

O comportamento do tribunal do juízo contribuiu e muito para criar uma perda irreparável à vítima deste processo.

Isto é somente um exemplo, podemos encontrar centenas de outros como estes neste tipo de tribunais, no entanto, não se vê nenhuma atitude da parte dos juizes, magistrados, ministério público, oficiais de justiça para tomarem medidas para alterar este panorama, que põe em causa a justiça todos os dias, anos a fio ficando ainda chocados quando alguém que não é do seu meio pretende alterar o “funcionamento” da justiça, acusando estes de ingerência etc., ar-

gumentando que não tem que se explicar perante o povo e os seus representantes, quando para o povo trabalham e para eles deveriam prestar contas.

Muitos portugueses quando iniciam um processo num tribunal, órgão quase mítico do Estado laico, sabem que a melhor coisa que podem fazer é ascender uma vela a Santo António e mesmo a São Expedito porque obter uma decisão justa é praticamente um milagre em Portugal.

Todo o sistema judicial é gerido por pessoas que não tem a mínima experiência para gerir, a sua incompetência nesta área favorece o aparecimento de uma atitude defensiva ou arrogante, conjugado com uma mentalidade de superioridade ou distância em relação ao povo. Os membros do sistema judicial estando em autogestão são incapazes de implementar uma supervisão adequada ou de mecanismos eficazes de responsabilização e não sabem tirar partido dos recursos disponíveis, desviando recursos em processos que deles precisam, para os usar em processos mediáticos mal conduzidos, interferindo no governo do país.

Por essa razão, as empresas preferem recorrer a tribunais arbitrais ou mesmo estrangeiros, e enquanto o povo não tomar uma posição e mudar todo o sistema judicial obrigando-os a prestar contas, o sistema judicial continuará o seu curso de degradação até à vergonha final, como qualquer organismo fechado sobre si mesmo.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt